



Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Diretrizes 2010

**“A educação não é obra de solista:
ou se orchestra ou não ocorre”
Batista e Codo**

2010

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Antonio Roberto Gomide
Prefeito Municipal de Anápolis

Professora Virgínia Maria Pereira de Mello
Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Direção de Educação – Professora Angela Isaac Dutra Elias
Direção Administrativa e Financeira – Professora Carla Cordeiro Barbaresco
Direção de Ciência e Tecnologia – Professor Fabrízio Ribeiro
Equipe da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

2010

APRESENTAÇÃO

Caros Gestores,

Criar condições para que as crianças e os jovens que vivem na cidade de Anápolis possam aprender cada vez mais é a principal tarefa da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Toda a sua rede de professores, coordenadores pedagógicos, diretores, pessoal administrativo e de apoio está envolvida diretamente nessa missão. Com a participação dos pais e da comunidade, buscamos, todos juntos, fazer da escola um espaço de educação para a vida, democrático e prazeroso, onde nossos alunos tenham um ambiente adequado e estimulante para o aprendizado.

E tudo que estamos fazendo aponta nesta direção. A construção de novas salas para atender a demanda, reformas e manutenção em toda a rede, o Estatuto do Magistério, a fixação de matrizes curriculares, os investimentos em capacitação e o crescente repasse de recursos diretamente para a escola, uma aposta séria na autonomia e na participação da comunidade na vida escolar.

Estas Diretrizes 2010, foram elaboradas como forma de conhecer a realidade da Secretaria e também de subsidiar a equipe gestora das unidades escolares para o efetivo cumprimento das metas prioritizadas pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e também para o exercício de uma gestão harmônica, competente, democrática e de resultados.

É importante ressaltar que ao lançar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o governo federal estabeleceu 28 diretrizes a serem cumpridas para melhorar a qualidade da educação básica no país. O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação foi inspirado nos 200 municípios que apresentaram médias superiores a 5,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O plano também teve origem no estudo Aprova Brasil - O Direito de Aprender, desenvolvido pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que identificou boas práticas adotadas por 33 escolas-modelo de Ensino Fundamental localizadas em comunidades pobres de 14 estados brasileiros, portanto, Anápolis também acredita nestas diretrizes que visam a melhoria da educação municipal e as colocará como metas de nossos trabalhos.

Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, conjunto de 28 diretrizes que devem ser seguidas pelos municípios para melhorar a educação no Brasil. São elas:

- I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;
- II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;
- III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;
- IV - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial;
- V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;
- VI - matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência;
- VII - ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular;
- VIII - valorizar a formação ética, artística e a educação física;
- IX - garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;
- X - promover a educação infantil;
- XI - manter programa de alfabetização de jovens e adultos;
- XII - instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação;
- XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho;
- XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;
- XV - dar conseqüência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local;
- XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;
- XVII - incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor;
- XVIII - fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola;
- XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB;

XX - acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas;

XXI - zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;

XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino;

XXIII - elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes;

XXIV - integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola;

XXV - fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso;

XXVI - transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar;

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.

Vale ressaltar que a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e as Escolas da Rede Municipal trabalharão conjuntamente também para o alcance das metas propostas no Plano Estratégico como um todo, correspondente ao período 2009-2012.

Não há dúvidas de que o fazer coletivo, articulado e participativo propicia novas possibilidades de relações entre os atores envolvidos no processo educacional, melhorando o diálogo e a convivência no ambiente escolar.

Uma gestão compartilhada divide responsabilidades e multiplica o compromisso de todos na busca de soluções para os desafios cotidianos.

Estas Diretrizes serão de grande utilidade, pois contém orientações que esperamos que contribuam para o sucesso da gestão escolar, construída coletivamente no dia-a-dia da Escola e da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Que 2010 seja um ano de muito sucesso na Educação Municipal!

Virgínia Maria Pereira de Melo
Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

e

Equipe da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

PARTE I: DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

VISÃO DE FUTURO DO MUNICÍPIO

Uma cidade planejada, com estrutura física adequada, urbanizada e humanizada, com desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e justiça social.

Uma administração moderna, planejada, competente, empreendedora e realizadora, que garanta uma cidade com estrutura física adequada, urbanizada e humanizada, com desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e justiça social.

MISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Fazer uma administração eficiente, planejada, moderna, participativa e transparente, comprometida com o crescimento econômico, com a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e com a construção de uma cidade boa para viver.

MISSÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Missão da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia é ser um agente ativo de desenvolvimento local, assegurando às crianças, jovens e adultos da Rede Municipal, educação de qualidade. Garantindo uma escola pública municipal universal em seu compromisso com a democratização de oportunidades sócio-educativas, plural na promoção do respeito à diversidade e ética em sua responsabilidade de formação de valores para uma educação cidadã, solidária e socialmente inclusiva.

FINALIDADE

Educação de Qualidade para todos os alunos.

VISÃO DE FUTURO

Educação pública municipal de qualidade e integrada às comunidades locais, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, promovendo a reparação das desigualdades raciais e de gênero, valorizando a cultura e a diversidade, acolhendo as pessoas com deficiência e contribuindo para uma sólida formação ética e cidadã.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb vai de zero a dez.

O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica. O Plano de

Desenvolvimento da Educação estabelece como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

O Ideb é mais que um indicador estatístico. Ele nasceu como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino.

As metas são exatamente isso: o caminho traçado de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um Ideb igual a 6,0, na primeira fase do ensino fundamental.

Foi o Inep quem estabeleceu parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os de países da OCDE. Ou seja, a referência à OCDE é parâmetro técnico em busca da qualidade, e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo MEC, no âmbito da realidade brasileira.

As Metas são diferenciadas para cada rede escolar. As metas são diferenciadas para todos, e são apresentadas bianualmente de 2007 a 2021. Estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas prevêem um esforço mais concentrado, para que elas melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas. O Ministério da Educação prevê apoio específico para reduzir essa desigualdade.

IDEBS observados em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal - **ANAPOLIS**

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,1	4,1	4,2	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2
Anos Finais	3,6	3,9	3,6	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A proposta de educação da Secretaria Municipal de Educação visa contribuir para a formação integral de seus alunos e para o desenvolvimento das suas plenas capacidades (motoras, afetivas, sociais e cognitivas), bem como, para sua formação enquanto cidadão participativo, consciente e atuante na sociedade.

Propondo-se oferecer aos alunos a possibilidade de uma aprendizagem dinâmica, global e significativa, nortearmos nossa ação educativa tendo por base a própria realidade do educando, partindo do princípio de que através de estímulos e desafios ele é capaz de agir sobre o meio, compreendendo a ação realizada e construindo, assim, seu próprio conhecimento.

Coerentes com os fundamentos teóricos do Construtivismo e do Sócio-interacionismo, nossa meta básica é implementar um ensino de qualidade, que respeite e valorize o ser humano e que contribua plenamente para seu desenvolvimento, para a construção dos seus conhecimentos e para sua formação enquanto cidadão.

Assim, a ação educativa da SEMECT estabelece uma perspectiva de obtenção do conhecimento em consonância com as orientações da Lei 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais: a contextualização do conteúdo com a realidade do aluno, o respeito à sua bagagem de conhecimentos, a reflexão sobre suas experiências de vida e a construção da cidadania.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A SEMECT tem sua Proposta Pedagógica baseada na abordagem sócio-construtivista da aprendizagem, objetivando ampliar as capacidades dos alunos, desenvolvendo a autonomia, a compreensão da realidade, incentivando a participação e a co-responsabilidade na vida social.

Adotando os fundamentos de uma proposta sócio-histórica, buscamos à luz das teorias construtivistas de Jean Piaget, Lev Vygotsky, Emília Ferreiro, Ana Teberosky e outros, o embasamento necessário para sua prática pedagógica.

Para Piaget, o conhecimento humano resulta da interação do sujeito com o ambiente e o agir de quem aprende é elemento central para se compreender algo. Segundo suas pesquisas, a criança se apodera de um conhecimento se “agir” sobre ele, pois aprender é modificar, descobrir, inventar.

A educação respaldada em princípios piagetianos visa promover o desenvolvimento amplo e dinâmico do educando, desde o período sensório-motor até o operatório abstrato. Para isso, a escola deve promover a descoberta e a construção do conhecimento. A finalidade é a formação de homens criativos, inventivos e descobridores, de pessoas críticas e ativas, construtoras de sua autonomia.

O psicólogo soviético Lev Vygotsky é o principal representante dos pressupostos sócio-históricos da teoria construtivista, pois considera que o homem constitui-se como tal através de suas interações, sendo visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura.

Vygotsky evidencia em seus estudos a necessidade de interação com os objetos de aprendizagem num ambiente social real, no qual os parceiros mais experientes orientam os parceiros menos experientes. A contribuição entre os alunos é fundamental para o avanço individual e coletivo destes na construção do conhecimento.

Em tal perspectiva, o sujeito não é ativo, nem passivo, mas interativo. Sua atividade passa a ser considerada, não no isolamento das relações do sujeito com o mundo físico, mas nas interações mediadas pelos signos culturalmente construídos nas interações sociais.

Dessa forma, a SEMECT busca desenvolver uma concepção de educação baseada nos modelos desenvolvidos por esses e outros teóricos da educação, como: Emília Ferreiro (Psicogênese da Língua Escrita), Fernando Hernández (Pedagogia de Projetos) e Howard Gardner (Inteligências Múltiplas), permitindo ao aluno utilizar o conhecimento adquirido para analisar, sintetizar, interpretar, refletir e desenvolver capacidades que lhe permitam produzir bens culturais, sociais e econômicos na sociedade em que vive e deles usufruir.

O referencial adotado pela SEMECT propõe, ainda, uma educação comprometida com a cidadania e com a propagação dos valores humanos, portanto apoiada sobre os princípios de dignidade do ser humano, igualdade de direitos, participação e co-responsabilidade pela construção e destino da vida coletiva.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Chefia de Gabinete

Responsável: Melisandra

1 Ao Chefe de Gabinete do Secretário, que presta assistência ao titular da Pasta no desempenho das suas atribuições, compete:

- coordenar a representação social e política da Secretária;

- prestar assistência ao titular da Pasta em suas tarefas técnicas e administrativas;
- preparar e encaminhar o expediente da Secretária;
- coordenar e controlar o fluxo de informações e as relações públicas de interesse da Secretaria;
- estabelecer, exercer e manter o relacionamento interinstitucional com órgãos e entidades que atuam direta ou indiretamente na área de competência da Secretaria;
- acompanhar a execução dos projetos educacionais em desenvolvimento;
- assistir a secretária no despacho do expediente e acompanhar as providências e soluções;
- promover a interação entre as diretorias da Secretaria, de forma a garantir uma única base de dados que permita a utilização comum das informações.

ASSESSORIA DE GABINETE

Responsável: Rízia

Assessora de Gabinete - Auxiliando Chefe de Gabinete

- atendimento e recepção ao público e acompanhamento das resoluções;
- arquivar documentos;
- anotar recados e ligações diariamente repassando para Chefe de Gabinete;
- digitação de ofícios/ memorandos do Gabinete;
- coordenar protocolo;
- coordenar agenda;
- organizar gabinete para reuniões;
- acompanhar a elaboração, andamento e execução de processos e documentos, como convênios, ajustes, acordos e atos similares;
- atendimento ao público.

ASSESSORIA TÉCNICA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO-SEMECT

**Assessora Técnica Responsável: Rubení Pereira de Queiroz,
Istella Maria de Lima e Sandra Valéria Pontes Silva.**

ATRIBUIÇÕES DA ASSESSORIA JURIDICA/SEMECT

- Assessoramento jurídico ao Gabinete da Secretária e à todos os Departamentos da Semect;
- Atendimento em geral referentes a assuntos desta pasta, à Gestão Escolar, á servidores lotados nas unidades escolares vinculadas esta Secretaria , bem como à Diretoria de Cultura.

PROCESSOS ADMINISTRATIVO-FINANCEIROS

- Análise e providências processuais nos autos de licitação, contratação direta, inexigibilidade, prorrogação de prazos, termos de paralisação, aditivos de alterações, supressões e reequilíbrio- econômico-financeiro de contratos, referentes à Diretoria de Cultura, Merenda escolar, transportes, vale transporte, processo seletivo para contratação de pessoal, serviços de locação de veículos e locação de imóveis, notificações, advertências às empresas contratadas para obras e serviços.
- Rescisão Contratual;
- Elaboração de minutas de contratos.

ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PARECERES COM ENCAMINHAMENTO AO SETOR COMPETENTE SOBRE PROCESSOS DE:

- Licença prêmio;
- Licença por interesse particular;
- Licença para acompanhamento de cônjuge;
- Licença para aprimoramento profissional;

- Possibilidade de celebração de :
 - a-convênios;
 - b-permissão de uso de prédios escolares;
 - c-comodatos;
 - d-Termos de empréstimo e responsabilidade;
 - e-Advertência e Sindicância aos servidores da pasta;

EMISSÃO DE DOCUMENTOS DIVERSOS:

- Cumprimento de diligências dos Juizados Especiais, do Tribunal de Contas dos Municípios, de Delegacias de Polícia e da Procuradoria Geral do Município;
- Ofícios: emissão e resposta;
- Despachos;
- Portarias;
- Elaboração de Decreto;
- Elaboração e encaminhamento de minutas de Projetos de Leis de assuntos diversificados à Procuradoria;
- Homologações e publicações de Resoluções CME;

ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ANÁPOLIS

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Responsável: Professora Ângela Isaac Dutra Elias
E-mail: angelaisaac10@hotmail.com

EDUCAÇÃO INFANTIL

Responsáveis: Professora Suelene Fernandes
Professora Idelma
Professora Elizeth

As crianças têm direito, antes de tudo, de viver experiências prazerosas nas Instituições considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

A estes princípios cabe acrescentar que as crianças têm direito, antes de tudo, de viver experiências prazerosas nas instituições.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios

e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

A prática da educação infantil deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido,
- expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

ENSINO FUNDAMENTAL

Responsável: Maria Cristina Silva

Dentre as várias atividades exercidas pelo grupo podemos enumerar: elaboração, adaptação e acompanhamento da aplicação da Matriz Curricular Municipal, sugestões de atividades de acordo com a Matriz Curricular, Temas e Proposta Pedagógica em apostilas mensais (Anos Iniciais) e bimestrais (Anos Finais), Análise e Sugestões de encaminhamento quanto ao Desempenho Acadêmico e Diagnóstico de Escrita. Visitas Periódicas às Unidades Escolares para orientações específicas e de acordo com a realidade apresentada em cada Escola,

EQUIPE PEDAGÓGICA

Gerência de Ensino - Maria Cristina da Silva - cristinaeducar@hotmail.com -62-30987006 - 91669288

Anos Iniciais

1ºano - Coordenadora Responsável - Arlene Isaac Dutra - arleneisac@yahoo.com - 62-99744136

2ºano - Coordenadora Responsável - Lorena Lidiane Silveira - lorenalidi@hotmail.com - 62-33210591

3ºano - Coordenadora Responsável - Fernanda Aparecida Vitorino - fernanda-vitorino@hotmail.com -

4ºano - Coordenadora Responsável - Neila Duarte A. Borba - neilapinkeducar@hotmail.com -62-91017700 -33160348 -

5ºano - Coordenadora Responsável - Fabiane Neres de Brito Moreira - fabiane-neres@hotmail.com - 62-92078588

Anos Finais

Coordenador de Área - Língua Portuguesa - Marisa Gonçalves - marisagpereira@hotmail.com - 62-91493770

Coordenador de Área - Matemática - Márcio Leite - 62-84536961

Coordenador de Área - Língua Inglesa - Flaviane Pires -

Coordenador de Área - Ciências - Gabriel Jerônimo -6291672162

Coordenador de Área – Geografia – Mª Amélia Silva Pontieri Melazo – 62-92387706

Coordenador de Área – História – Cleuza Maria dos Reis – 62- 99079080

Coordenador de Área – Educação Física –

Coordenador de Área – Ensino Religioso e Arte – Lanna Rocha Santana – 62-84523909

De acordo a **LDB 9394/96**, a Educação Escolar divide-se em educação básica e educação superior. O Ensino Fundamental, juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, compõe a Educação básica.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz: o Ensino Fundamental, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão. É obrigatório para todas as crianças na faixa etária entre 6 e 14 anos e jornada escolar anual de 800 horas-aula, distribuídas em 200 dias letivos.

A meta de cada escola de ensino fundamental é fornecer ao aluno acesso à base comum nacional e à parte diversificada, o que inclui as características regionais da sociedade, da cultura, da economia e do cotidiano do aluno.

O Ensino Fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos, o pleno domínio da leitura e do cálculo;

II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

1º ao 5º Ano

É fundamental um referencial para o ensino e aprendizado dos conteúdos científicos e escolares de acordo com cada nível de ensino. É preciso ressaltar, que nesta fase a importância do estudo por comparação, visto que os alunos ainda estão num estágio operatório-concreto. Eles precisam ter os objetos, através de suas imagens, sempre presente na mente para poder pensar sobre eles. Esse é o período em que é absolutamente necessária uma constante busca das experiências vividas pelos alunos em cada conteúdo analisado. O próprio conteúdo adquire significado para as crianças à medida que se liga com as suas concepções prévias ou espontâneas. O conteúdo precisa estar intimamente relacionado a experiências do aluno.

6º ao 9º Ano

Para que se efetive um trabalho no qual professores e alunos tenham autonomia, possam pensar e refletir sobre o seu próprio processo de construção de conhecimentos e tenham acesso a novas informações deve-se observar questões fundamentais e específicas desta fase em que os alunos passam gradativamente do estágio operatório-concreto para o pensamento formal. Com isso cabe aos professores propiciar questões, atividades, etc. Em que os agentes do processo ensino-aprendizagem possam: dialogar, duvidar, discutir, questionar, compartilhar informações, e que se haja espaço para transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade. A qualidade do trabalho pedagógico está associada à capacidade de promoção de avanços no desenvolvimento do aluno, destacando-se a importância do papel do professor no processo ensino-aprendizagem, assim como a relevância da proposta pedagógica adotada pela escola.

Com isso é importante que tenha em conta que, qualquer que seja o conteúdo, ele nunca é um fim em si mesmo, e, sim, apenas um pretexto para se aprender a pensar e questionar o próprio conhecimento, para se compreender que aprender não é reproduzir verdades alheias, mas sim, aprender a olhar para o mundo colhendo dados, interpretando-os, transformando-os e tirando conclusões.

Só assim é possível formar cidadãos críticos, competitivos e capacitados o bastante para serem agentes transformadores de sua própria vida e da realidade que os cerca.

PLANEJAMENTO / 2010

Educação de qualidade é uma busca constante das instituições de ensino, para que isso se torne realidade são necessárias ações que sustentem um trabalho em equipe e uma gestão que priorize a formação docente, contribuindo para um processo administrativo de qualidade conforme Chiavenato (1997, p.101), “não se trata mais de administrar pessoas, mas de administrar com as pessoas. As organizações cada vez mais precisam de pessoas proativas, responsáveis, dinâmicas, inteligentes, com habilidades para resolver problemas, tomar decisões”. Nessa perspectiva devemos identificar as necessidades dos professores e com eles encontrar soluções que priorizem um trabalho educacional de qualidade, esse trabalho é desenvolvido pelo **COORDENADOR PEDAGÓGICO**.

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 9º ANO)

JUSTIFICATIVA (6º ao 9º ano)

Diante das modificações que a sociedade sofre atualmente e os avanços tecnológicos que estão cada vez mais rápidos, observa-se a necessidade de uma adequação da Matriz Curricular das disciplinas do Ensino Fundamental para 2010. Buscando uniformidade em todas as unidades escolares, há uma constante ansiedade em desenvolver as competências cognitivas, visando proporcionar a permanência de forma produtiva dos alunos nesse cenário de mudanças permanentes.

O processo ensino aprendizagem destaca-se como compreensão do contexto, construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de atitudes para agir sobre o presente e o futuro, numa perspectiva de educação de qualidade para todos.

Segundo os PCN's (BRASIL, 1998) e as Temática Transversais, os objetivos do Ensino Fundamental apontam a necessidade de que os alunos se tornem capazes de eleger critérios de ação pautadas na justiça, detectando e rejeitando a injustiça quando ela se fizer presente, assim como criar formas não violentas de atuação nas diferentes situações da vida.

Portanto, o currículo, em qualquer processo de escolarização transforma-se em síntese básica da educação, e isto possibilita afirmar que a busca da construção curricular deve ser entendida como aquela garantida na própria LDB (BRASIL, 1996): democrática e significativa.

Justificativa (1º ao 5º Anos)

Estamos apresentando a vocês o documento referente às *Orientações Curriculares e Expectativas de Aprendizagem para o Ensino Fundamental/ Anos Iniciais 2010*, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

As Orientações Curriculares e Expectativas de Aprendizagens têm como objetivos principais contribuir para a reflexão e discussão sobre o que os estudantes precisam aprender, relativamente a cada uma das áreas de conhecimento e subsidiar as escolas na organização e aprimoramento de seus projetos pedagógicos, ao longo do Ensino Fundamental- Anos Iniciais.

O presente documento foi organizado pela equipe pedagógica da Semect, coordenado pela Gerência de Ensino, que partindo da matriz curricular de 2009 construída coletivamente pelos professores da Rede, submetida a constantes avaliações pelos próprios professores quando da presença da equipe pedagógica nas escolas, dados estes que foram sendo registrados e agora sistematizados nas orientações curriculares ora apresentadas. Esta reformulação foi submetida a uma leitura para análise aos representantes dos grupos de professores e com os coordenadores pedagógicos que ora acataram a proposta apresentada, ora apresentaram propostas de reformulação e sugestões.

Assim ocorreu a última sistematização, a partir da qual foi elaborada a presente versão, que orientará a organização e o desenvolvimento curricular das escolas da rede municipal.

O objetivo das orientações curriculares e expectativas de aprendizagem aqui apresentados foi o de construir uma proposta curricular articulada, integrada e coerente, que atendesse às finalidades da formação para a cidadania, vinculando os conteúdos com o que se consideram relevantes e necessários em nossa sociedade do século XXI, visando a inserção social e cultural dos indivíduos. Assim, a organização curricular tem como fio condutor temas mensais voltados para a formação do cidadão crítico, reflexivo e transformador do meio em que vive, articulados aos conteúdos, ou contextualizando os conteúdos considerados como os mais relevantes nas diferentes áreas do conhecimento.

Para a etapa seguinte que é a efetivação desta reorientação curricular nas escolas em 2010, apontamos a necessidade de articulação destas orientações curriculares e expectativas de aprendizagem com os resultados obtidos pelo corpo discente da unidade escolar em 2009, de modo a elaborar Planos de Ensino e Projeto Educativo da escola visando uma aprendizagem significativa.

Contamos com a participação de todos neste compromisso de oferecer cada vez mais um ensino de qualidade para as crianças da Rede Municipal de Ensino de Anápolis.

PROJETOS INSTITUCIONAIS

- 26 de junho 2010- Festa Junina/ Colheita por setores(cinco)central, norte, sul, leste e oeste – Local: a definir - Início 16 horas e Término às 21 horas;
- Semana de Educação para a Vida(Semana de Culminância:18 a 22/10)- Projeto Federal;
Projeto contra a violência às crianças e adolescentes e Produtos finais resultantes dos trabalhos desenvolvidos a partir dos temas mensais da Matriz Curricular - Anos Iniciais e Anos Finais – Cinco Setores - Central – 18/10, Norte – 19/10, Sul - 20/10, Leste – 21/10 e Oeste- 22/10 - Local e horário a definir;
- Avaliação Institucional – Culminância em Junho- Avaliação contextualizada e interdisciplinar com o tema Sustentabilidade (ênfase ao trânsito);
- Hino Nacional semanalmente na escola – Projeto Federal;
- Projeto Biblioteca Participativa e Cativante – Projeto de Leitura – Todas as Disciplinas;

PROJETO “ENTRE COORDENADORES”

É importante mencionar que a Coordenação Pedagógica da Semect possui funções múltiplas e significativas que se desenvolvem como:

- **Preventiva:** Consiste em acompanhar o processo pedagógico, a fim de obtermos resultados positivos na melhoria da aprendizagem.
- **Construtiva:** Auxiliar o docente a superar as dificuldades de maneira positiva e cooperativa.
- **Criativa:** Estimular a iniciativa do docente, buscando novos caminhos, pesquisando e criando novos recursos do ensino.
- **Formativa:** Promover a formação do professor em trabalho.

REUNIÕES PEDAGÓGICAS

- 06/01/2010 – Reunião de Diretores e Secretários Gerais – 14 horas
- 07/01/2010 – Anos Finais – Matutino e Vespertino – 9h às 11h e 30 minutos e 14 h às 17 horas
- 08/01/2010 - Anos Iniciais – Matutino e Vespertino - 9h às 11h e 30 minutos e 14 h às 17 horas

CRONOGRAMA DE REUNIÕES PARA ANOS INICIAIS

JANEIRO	07/01/2010- ANOS FINAIS- MATUTINO E VESPERTINO 08/01/2010- ANOS INICIAIS – MATUTINO E VESPERTINO
FEVEREIRO/MARÇO - 25/02	E.M. Afonsina M. do Carmo
	E.M. Alfredo Jacomossi
	E.M. Anhanguera
	E.M. Antonio Constante
	E.M. Ayrton Senna da Silva
	E.M. Belisária Correa Faria
ABRIL – 06/04	E.M. Clovis Guerra
	E.M. Com. Miguel Pedreiro
	E.M. Cora Coralina
	E.M. Deputado José de Assis
	E.M. Dona Alexandrina
	E.M. Dr. Adahyl Lourenço Dias
MAIO – 03/05	E.M. Dr. Anapolino de Faria
	E.M. Elzira Balduino
	E.M. Eurípedes A. Martins
	E. M. Gomes Santana Ramos
	E.M. Inácio Sardinha de Lisboa
	E.M. Jahyr Ribeiro Guimarães
E.M. Jerônimo Vaz	
E.M. João Amélio da Silva	
E. M. João Beze	

JUNHO – 28/06	E.M. João Luiz de Oliveira
	E.M. José Cupertino de Paula
	E.M. Lindolfo Pereira da Silva
	E.M. Luiz Carlos Bizinotto
	E.M. Manoel Gonçalves Cruz
	E.M. Maria Aparecida Gebrim
	E.M. Maria Elizabeth Camelo

AGOSTO	-----
--------	-------

SETEMBRO – 01/09	E.M. Moacyr Romeu Costa
	E. M. Pastor Miguel Braga
	E.M. Pedro Ludovico Teixeira
	E. M. Pedro Nunes Moreira
	E.M. Prof. Ernst Heeger
	E.M. Prof. Jesus Duarte
	E.M. Prof. Tasso Barros Vilela
OUTUBRO – 05/10	E. M. Profª Dinalva Lopes
	E.M. Profª Edinê R. Gomes
	E.M. Profª Esther Campos
	E.M. Profª Francisca Miguel
	E. M. Profª Josephina Simões
	E. M. Profª Lena Leão
E.M. Profª Maronita D.Dourado	

NOVEMBRO – 04/11	E.M. Raimunda de O. Passos
	E.M. Raymundo P. Hargreaves
	E.M. Realino José de Oliveira
	E.M. Rodolf Mikel Ghannan
	E.M. Rosevir Ribeiro de Paiva
	E.M. São José
	E.M. Sen. José Lourenço Dias
	E. M. Wady Cecílio
E.M. Walmir Bastos	

DEZEMBRO -	E.M. Walter Beze
	C.M.E. Des. Air B. de Almeida
	E. Betesda Primavera
	E. Dayse Fanstone
	E. M. Lar São Francisco
	E. M. Monteiro Lobato
	E. Par. Santo Antônio
	E. Presb. Filadélfia
	E.Presb. Orvalho do Hermom
	E. Betesda Esperança
	Escola Presbiteriana Renovada
	Escola Batista Esperança

Serão nove reuniões anuais preparadas pelos coordenadores pedagógicos das Escolas e acompanhados pelo Departamento Pedagógico, caso seja necessário.

Horário e Local: a definir

Os grupos poderão ser alterados caso haja necessidade de modificações.

ASPECTOS QUE PODERÃO SER TRABALHADOS NAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS MENSAIS

IDÉIAS:

- MOMENTO DE RELEXÃO
- MOMENTO DE ESTUDO: Avaliações: objetivos e sugestões; Recuperação: contínua e paralela– propósitos e encaminhamentos;
- MOMENTO DE CONSTRUIR O TRABALHO MENSAL COLETIVAMENTE: Trabalhando o Planejamento e seu acompanhamento (respeitando a Matriz Curricular); Ficha Avaliativa: encaminhamentos, possibilidades e principais dificuldades;
- MOMENTO DE ESTRUTURAR O MOMENTO PEDAGÓGICO DA ESCOLA;
- MOMENTO DE CONSTRUIR A PRÓXIMA REUNIÃO (temas que serão úteis/necessários);

CAPACITAÇÃO PARA OS PROFESSORES

ANOS INICIAIS: Temos como sugestão a capacitação por pólos acontecendo a cada 03 meses.

ANOS FINAIS: Plantões semanais no Centro de Formação nos turnos: vespertino ou noturno, combinando 02 disciplinas em comum (conforme disponibilidade de salas).

Curso de Formação Continuada em Matemática.

Curso de Formação Continuada em Língua Portuguesa

Curso de Formação Continuada em História – Afro - América.

Curso de Formação Continuada em Rádio, Vídeo e Fotografia.

Centro de Idiomas – Formação continuada do professor de inglês.

Oficinas:

Material dourado; rádio e vídeo; técnicas de ensino em várias áreas do conhecimento.

INDICADORES DE EFICIÊNCIA

ANOS INICIAIS: O desempenho acadêmico, bem como, o diagnóstico de escrita será analisado diretamente com os professores, coordenadores pedagógicos e os gestores em cada Unidade Escolar, durante as visitas pedagógicas.

ANOS FINAIS: O desempenho acadêmico, bem como, o diagnóstico de aprendizagem acontecerá na SEMECT e/ou unidade escolar. Após análise do diagnóstico haverá acompanhamento pedagógico para disciplinas críticas.

PROVA BRASIL:

Com base nos resultados apresentados a partir do mês de abril pelo MEC, alguns encaminhamentos serão realizados:

- Apresentar os resultados obtidos após as avaliações e analisá-los com o Gestor, Coordenadora Pedagógica e o professor responsável pela turma (Avanços obtidos nesses dois anos de estudo e acompanhamento);
- Rever com o Coordenador Pedagógico as orientações e o acompanhamento distinto, que se fazem indispensáveis ao professor responsável pelas salas de 5º anos como também professores dos anos finais;
- Capacitação para os professores e coordenadores pedagógicos.

PROVINHA BRASIL:

- Apresentação dos resultados obtidos após as avaliações aplicadas pelos Coordenadores Pedagógicos da SEMECT;
- Análise destes resultados com o Gestor, a Coordenadora Pedagógica e o professor responsável pela turma;
- Retomada com o Coordenador Pedagógico das orientações e o acompanhamento específico que se faz indispensável oferecer ao professor responsável pelas salas de 1º e 2º anos;
- Reafirmação da importância do perfil do professor alfabetizador;
- Capacitação para os professores e coordenadores pedagógicos.

OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA

A olimpíada de Língua Portuguesa refere-se a um projeto nacional de leitura e produção textual que a Secretaria Municipal juntamente com a Subsecretaria Regional de Educação de Anápolis adotaram como proposta pedagógica, sendo mais que um concurso de gêneros pois há a capacitação do professor e oferecimento de recursos didáticos (maletas para oficinas pedagógicas)

OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA

Nacional e Municipal

RECUPERAÇÃO PARALELA

Será definida junto aos coordenadores pedagógicos das Escolas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Responsáveis: Elane, Cíntia, Mara e equipe

Suporte legal da Educação de Jovens e Adultos

A LDBEN n.º 9.394/96 prevê que a Educação de Jovens e Adultos se destina àqueles que não tiveram acesso (ou não deram continuidade) aos estudos no Ensino Fundamental e Médio e deve ser oferecida em sistemas gratuitos de ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho do cidadão.

A resolução CNE/CEB n.º 1/2000, por sua vez, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Essas diretrizes são obrigatórias tanto na oferta quanto na estrutura dos componentes curriculares de Ensino Fundamental e Médio de cursos desenvolvidos em instituições próprias, integrantes da organização da educação nacional, à luz do caráter peculiar dessa modalidade de educação.

Nas Escolas Municipais de Anápolis as normas seguidas estão na Resolução CME Nº.020, de 26 de Junho de 2007.

As diretrizes destacam que a EJA, como modalidade da educação básica, deve considerar o perfil dos alunos e sua faixa etária ao propor um modelo pedagógico, de modo a assegurar:

- **equidade:** distribuição específica dos componentes curriculares, a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades em face do direito à educação;
- **diferença:** identificação e reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada um e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores.

Funções da Educação de Jovens e Adultos

Ainda segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, essa modalidade deve desempenhar três funções:

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade –, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos.

Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos-trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Tendo em vista este papel, a educação deve voltar-se para uma formação na qual os educandos-trabalhadores possam: aprender permanentemente, refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. (KUENZER, 2000, p. 40)

Sendo assim, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, é necessário que o processo ensino-aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos seja coerente com:

- a) o seu papel na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural;
- b) o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça;

As relações entre cultura, conhecimento e currículo, oportunizam uma proposta pedagógica pensada e estabelecida a partir de reflexões sobre a diversidade cultural, tornando-a mais próxima da realidade e garantindo sua função socializadora – promotora do acesso ao conhecimento capaz de ampliar o universo cultural do educando – e, sua função antropológica - que considera e valoriza a produção humana ao longo da história.

A compreensão de que o educando da EJA relaciona-se com o mundo do trabalho e que através deste busca melhorar a sua qualidade de vida e ter acesso aos bens produzidos pelo homem, significa contemplar, na organização curricular, as reflexões sobre a função do trabalho na vida humana.

É inerente a organização pedagógico-curricular da EJA, a valorização dos diferentes tempos necessários à aprendizagem dos educandos de EJA, considerando os saberes adquiridos na informalidade das suas vivências e do mundo do trabalho, face à diversidade de suas características.

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PROGRAMA FEDERAL

Responsáveis: Elane, Cíntia, Mara e equipe

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa, por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

O Programa Brasil Alfabetizado é um programa criado pelo Governo Federal com a missão de abolir o analfabetismo no Brasil.

O Programa é coordenado pelo Ministério da Educação e atua por meio de convênios com instituições alfabetizadoras de jovens e adultos. Nesse programa, não é função do MEC executar os trabalhos de alfabetização em sala de aula. O que o MEC faz é viabilizar, por meio de repasse de recursos, as condições para que as instituições possam desenvolver a tarefa de ensinar a ler e escrever. O MEC também acompanha e avalia todas as ações dos conveniados.

Às instituições conveniadas são responsáveis pela capacitação dos alfabetizadores, pela inscrição dos alfabetizandos e pela organização de todo o processo de alfabetização. O Brasil Alfabetizado não oferece material ele

funciona somente por meio de convênios com instituições alfabetizadoras. O material didático é de responsabilidade dessas instituições.

Qualquer pessoa com 15 anos ou mais que ainda não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever. O interessado deve procurar uma instituição conveniada do MEC mais próxima ou instituições alfabetizadoras na região onde mora.

O tempo para a alfabetização varia de acordo com a proposta pedagógica da instituição alfabetizadora. A média é entre seis e oito meses.

Para ser alfabetizador no Brasil Alfabetizado é necessário participar dos cursos de capacitação nas instituições alfabetizadoras conveniadas.

As instituições podem apresentar o método que mais se adequar à realidade das comunidades onde atua. O importante é que as propostas pedagógicas comprovem que os alunos serão capazes de ler, escrever, compreender e interpretar textos e realizar as operações matemáticas básicas.

Participar do Brasil Alfabetizado é, também, estimular o analfabeto a freqüentar os cursos de alfabetização, mostrando o quanto é importante para qualquer pessoa saber ler e escrever. Porque esse é um direito de todo cidadão. Só assim ele poderá exercer seu papel social. É uma questão de dignidade e de oportunidade. Um país alfabetizado cria mais possibilidades para o desenvolvimento. E mais que tudo isso, um país alfabetizado é um país mais justo e humano.

PROJOVEM – PROGRAMA FEDERAL

Responsáveis: Elane, Cíntia, Mara e equipe

Apresentação

Investir em uma política nacional integrada, com programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil.

Com essa perspectiva, em 2005, o governo federal lançou a Política Nacional de Juventude, que compreendeu, além da criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem.

A iniciativa mostrou resultados importantes e promissores, indicando a propriedade de se ampliarem, reforçarem e integrarem ações voltadas para a juventude que se desenvolviam em diferentes ministérios. Para articular essa experiência acumulada em um programa integrado, constituiu-se, no início de 2007, o grupo de trabalho GT Juventude, que reuniu representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento.

Os resultados do GT Juventude indicaram caminhos para a realização do propósito da Presidência da República de promover um programa amplo e diversificado de inclusão social dos jovens brasileiros, lançando-se o ProJovem Integrado, que se articula por duas noções básicas:

- a) OPORTUNIDADES para todos;
- b) DIREITOS universalmente assegurados.

Em conjunto, essas noções propiciam que o jovem se torne protagonista de sua inclusão social, na perspectiva da cidadania.

ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

O ProJovem Urbano tem duração de 18 meses, oferece formação no ensino fundamental, cursos de iniciação profissional, aulas de informática e auxílio de R\$ 100,00 por mês.

O Programa foi concebido como uma intervenção de caráter emergencial destinada a atender parcela significativa dos jovens com o perfil socioeconômico tipificado como público-alvo, que têm necessidade de retomar a trajetória escolar e prosseguir nos estudos.

Assume também caráter experimental ao basear-se em novos paradigmas, constituindo sua proposta curricular a partir de conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação.

Ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o Programa busca oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto a sua inserção social e profissional.

Nessa perspectiva, espera-se que após o curso os jovens sejam capazes de:

- afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- utilizar tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional;
- desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- acessar os meios necessários para exercer efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc.;
- assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar iniciativas concretas visando a sua superação e participar da respectiva implementação e avaliação;
- refletir criticamente sobre sua própria prática;
- conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- exercitar valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação;
- exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CEMAD

Responsável: Celina Magali e equipe

A Educação Inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada para garantir em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção dos Direitos Humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação - MEC e Secretaria de Educação Especial – SEESP, desenvolvem programas, projetos e ações a fim de implementar no País a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o propósito de acompanhar os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para todos os alunos.

Dentre essas ações está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar e suplementar a escolarização, de acordo com a resolução nº. 4 de 02 de outubro de 2009.

Para apoiar os sistemas de ensino, a Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia - SEMECT, em parceria com MEC/SEESP desenvolvem as seguintes ações: o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade); Programa de Benefício Prestação Continuada (BPC) na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. Destacam-se ainda as ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro adaptados, implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O CEMAD - Centro Municipal de Apoio ao Deficiente, vinculado à Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia, acompanhando essa tendência mundial, oferece apoio ao processo de educação inclusiva. Constitui-se como referência para unidades escolares do município, no que se refere ao apoio técnico pedagógico especializado, psicológico, fonoaudiológico, social e psicomotricidade a alunos com deficiência, com dificuldade de aprendizagem acentuada e transtornos funcionais específicos da aprendizagem, desenvolvendo propostas de trabalho atendendo e valorizando a diversidade humana, as quais se pretendem dar continuidade em 2010:

- oferecer aulas de Braille, Sorobã e Libras para os usuários e comunidade em geral;
- realizar avaliação audiológica;
- oferecer atendimento clínico individual e grupal
- oferecer Atendimento Educacional Especializado-AEE em Língua Portuguesa para pessoas com surdez;
- oferecer atendimento de orientação e mobilidade às pessoas cegas;
- oferecer atividades no laboratório de informática aos usuários;
- realizar visitas nas unidades escolares pelas coordenadoras da educação inclusiva para orientação e acompanhamento do trabalho desenvolvido;
- realizar junto ao Centro de Formação Continuada cursos específicos na área de inclusão para professores regentes e demais profissionais da educação;
- realizar mensalmente reuniões com os professores de recursos e intérpretes para orientações e acompanhamentos das atividades desenvolvidas;
- realizar oficinas pedagógicas com os professores regentes para auxiliá-los nas adequações das atividades pedagógicas, avaliação para que o aluno possa ter acesso ao currículo e ao ambiente escolar;
- manter parceria com MEC/SEESP para capacitação dos profissionais da educação nas modalidades presencial e /ou distância;
- manter parceria com empresas privadas para oferta de empregos aos deficientes.
- *Treinamento e acompanhamento do B.P.C na escola
- *Realizar visitas domiciliares, equipe escolar e triagens
- Orientar quanto aos serviços sociais, saúde, benefícios e programas.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO – PROGRAMA FEDERAL

Responsável: Ângela de Fátima Faria

O Programa Mais Educação (Portaria Interministerial nº 17/2007) é uma iniciativa do Governo Federal que tem como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações, projetos e programas nos Estados, Distrito Federal e Municípios, em consonância com o projeto pedagógico da escola, ampliando tempo, espaços e oportunidades, através da articulação das políticas setoriais envolvidas e possibilitando a todos o “DIREITO DE APRENDER”.

Trata-se de um Programa Interministerial do qual fazem parte os Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ciência e Tecnologia, Esporte, Meio Ambiente, Cultura e Secretaria Nacional da Juventude.

O Programa teve início efetivo em 2008, com a participação de 1.409 escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental localizadas em 54 municípios de 25 estados mais o Distrito Federal.

O QUE É A EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Ela se dará por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na corresponsabilidade por sua formação integral.

OBJETIVO DO APOIO FINANCEIRO

Os recursos transferidos por intermédio do PDDE para implementação de Educação Integral destinam-se:

- a) ao ressarcimento de despesas de alimentação e transporte de monitores;
- b) à contratação de pequenos serviços e aquisição de materiais de consumo; e
- c) à aquisição de kits de materiais definidos neste manual.

Observação: de acordo com a atividade escolhida dentro das elencadas neste manual, a escola poderá receber, por meio de sua Unidade Executora (UEX), os recursos para aquisição dos kits ou receber os kits prontos encaminhados pelo FNDE/MEC.

QUEM PODE RECEBER O APOIO FINANCEIRO ATRAVÉS DO PDDE

O apoio financeiro do PDDE destina-se às escolas públicas das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal. Este apoio se refere às redes que possuem alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio conforme os critérios definidos neste Manual, selecionadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (SECAD/MEC) e validadas pelas EEx (Secretarias Estaduais de Educação ou Prefeituras), conforme relação disponível no site www.fnde.gov.br.

ADESÃO AO PROGRAMA

As escolas pré-selecionadas pela SECAD/MEC e validadas pelas respectivas EEx, conforme os critérios definidos neste manual, para confirmar sua adesão ao Programa, deverão preencher o “Plano de Atendimento da Escola”, disponível no sítio simec.mec.gov.br, após atualização dos dados cadastrais das UEx a que estão vinculadas, informando corretamente as atividades e o número de alunos que participará de cada atividade. Atenção: o cadastro do PDDE é único, não havendo um cadastro específico para a Educação Integral;

Na hipótese de não adesão ao Programa, é importante que a escola formalize os motivos para não implementar a Educação Integral, mediante informação, via e-mail, para educacaointegral@mec.gov.br, visando a identificação das principais dificuldades locais para a não-implementação.

EM QUÊ O RECURSO PODE SER UTILIZADO

O recurso deverá ser empregado no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, culturais e artísticas, esportivas e de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade, de educomunicação e outras previstas neste manual, cobertura de dispêndios com contratação de pequenos serviços e aquisição de materiais de consumo e aquisição de kits de materiais, conforme definidos à frente, voltados à Educação Integral que totalizem carga horária mínima de sete horas diárias, não incluído o intervalo de almoço.

Recomenda-se às Unidades Executoras-UEX que criem critérios claros e transparentes para a implementação da Educação Integral, para seleção das turmas que irão participar do Programa, como por exemplo:

- alunos que apresentam defasagem série/idade em virtude de dificuldades ensino e de aprendizagem;
- alunos das séries finais dos anos iniciais do ensino fundamental (4º e/ou 5º anos), onde existe uma maior evasão de alunos na transição para os anos finais;
- alunos dos anos finais do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), onde existe um
- alto índice de abandonos após a conclusão;
- alunos de anos onde são detectados índices de evasão e/ou repetência e assim
- sucessivamente;

- A Educação Integral deverá ser implementada com a participação de, no mínimo, **cem alunos**;

DA FORMAÇÃO DAS TURMAS

As turmas deverão ser formadas com um mínimo de 25 (vinte e cinco) alunos e um máximo de 30 (trinta) e, sempre que possível e conveniente, mesclar alunos das diversas séries/anos, não devendo, em nenhuma hipótese se prenderem às turmas do horário regular.

CONTRAPARTIDA DA ENTIDADE EXECUTORA

Fica definido que as atividades a serem desenvolvidas para implementação da Educação Integral deverão ser coordenadas por um professor comunitário, vinculado à Escola e que os custos dessa coordenação, com carga horária de 20 horas semanais, refere-se à contrapartida a ser oferecida pela Entidade Executora.

MERENDA NO MAIS EDUCAÇÃO

Os recursos para a merenda escolar serão garantidos por resolução específica do “Programa Nacional de Alimentação Escolar” (PNAE/FNDE), que sofrerão um acréscimo, a ser definido, por aluno participante do Programa.

MACROCAMPOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL (CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL)

Para escolha dos macrocampos, pela Unidade Executora-UEx, deverá constar, obrigatoriamente, pelo menos uma atividade do macrocampo “Acompanhamento Pedagógico”, podendo as demais atividades escolhidas pertencerem a macrocampos diferentes, ou seja, 09 atividades de diferentes macrocampos ou, ainda, ter uma ou mais atividades de um mesmo macrocampo, desde que sejam contemplados um mínimo de 03 (três) macrocampos.

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO (OBRIGATÓRIA PELO MENOS UMA ATIVIDADE)

- Matemática (ensino fundamental)
- Matemática (ensino médio)
- Letramento (ensino fundamental)
- Leitura e Produção de Texto ou Português (ensino médio)
- Ciências (ensino fundamental)
- Ciências: Cinética Química (ensino médio)
- Ciências: Reações Químicas (ensino médio)
- Ciências: Eletroquímica (ensino médio)
- Ciências: Química orgânica (ensino médio)
- Ciências: Física ótica (ensino médio)
- Ciências: Circuitos elétricos (ensino médio)
- Ciências: Calorimetria (ensino médio)
- Ciências: Célula animal (ensino médio)
- Ciências: Estrutura do DNA (ensino médio)
- Ciências: Coleta de sangue (ensino médio)
- História e Geografia (ensino fundamental)
- História e Geografia (ensino médio)
- Filosofia e Sociologia (ensino médio)

MEIO AMBIENTE (ensino fundamental e médio)

- Com-Vidas /Agenda 21 Escolar
- Horta Escolar e ou Comunitária

ESPORTE E LAZER (ensino fundamental e médio)

- Recreação/Lazer
- Voleibol
- Basquete
- Futebol
- Futsal
- Handebol
- Tênis de Mesa
- Judô
- Karatê
- Taekwondo
- Yoga
- Natação
- Xadrez Tradicional
- Xadrez virtual

Observação sobre Atividades Esportivas: A Unidade Executora que optar por estas atividades deverá implementar no mínimo 3(três) modalidades esportivas diferentes.

DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO (ensino fundamental e médio)

- Direitos Humanos e Ambiente Escolar

CULTURA E ARTES (ensino fundamental e médio)

- Leitura
- Banda Fanfarra
- Canto Coral
- Hip Hop
- Danças
- Teatro
- Pintura
- Grafite
- Desenho
- Escultura
- Percussão
- Capoeira

INCLUSÃO DIGITAL (ensino fundamental e médio)

- Software educacional;
- Informática e tecnologia da informação

PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE (ensino fundamental e médio)

- Atividades de: Alimentação Saudável / Alimentação Escolar Saudável; Saúde Bucal; Práticas corporais e educação do movimento; Educação para a Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e Prevenção das DST/AIDS; Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas; Saúde Ambiental; Promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes; Criação de estratégias de promoção e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região: dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, outros; Promoção e prevenção em saúde no currículo escolar.

EDUCOMUNICAÇÃO (ensino fundamental e médio)

- Jornal Escolar
- Rádio Escolar
- Histórias em Quadrinhos
- Mídias Alternativas

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA (anos finais do ensino fundamental e ensino médio)

- Laboratórios e Projetos Científicos

EDUCAÇÃO ECONÔMICA E CIDADANIA (séries finais do ensino fundamental e ensino médio)

(observação: O material para desenvolvimento das atividades deste macrocampo somente estará disponível no segundo semestre de 2009)

- Educação Econômica e Empreendedorismo
- Controle Social e Cidadania

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA

Responsáveis: Vágnar Gonçalves e Luzia

Censo Escolar

O Censo Escolar coleta todos os anos os dados sobre a Educação Básica do Município, a fim de garantir a fidedignidade e veracidade das informações prestadas para maior justiça e igualdade na distribuição de recursos.

Estas informações servem de base para subsidiar o repasse de recursos financeiros, didáticos e tecnológicos como: FUNDEB, distribuição de Livros Didáticos, Alimentação Escolar, Transporte Escolar, Implantação de Bibliotecas, PROINFO, Programa Dinheiro Direto na Escola, Instalação de energia elétrica, além de prover a SECD (Secretaria de Educação, Cultura e Desporto), de informações e dados estatísticos para a realização de diagnósticos e análises sobre a realidade do sistema educacional, bem como subsidiar a definição e implementação de políticas orientadas para a promoção da equidade, efetividade e qualidade do ensino.

Responsabilidade dos Gestores na realização do Censo

- Responder ao Censo Escolar da Educação Básica – 2010 através do Sistema Educa censo, responsabilizando-se pela exatidão, qualidade, veracidade e fidedignidade das informações prestadas pela escola em todas as etapas do processo censitário, englobando alunos, turmas escolas e docentes;
- Acompanhar, controlar e monitorar o trabalho do Secretário Escolar, no processo de digitação e informações prestadas ao Censo Escolar da Educação Básica;
- Cumprir e fazer cumprir as normas, regulamentos e os prazos estabelecidos;

Datas para entrega de documentação estatística

DIA 01/02 – Entrega do número de matrículas/2010 (Anexo-01)

DIA 05/02 - Movimento e Matrícula Final -Final do ano letivo/2009 (Anexo-02)

Dia 05 - De cada mês entrega da Estatística Mensal (referente aos dados do mês anterior).

CENSO ESCOLAR - Capacite desde o início do ano letivo o funcionário que irá operacionalizar os dados estatísticos do CENSO ESCOLAR, ter domínio à Informática é um dos quesitos essenciais.

PROJETO PRESENÇA

A escola é um espaço de construção do conhecimento, formação humana e proteção social às crianças e adolescentes.

O baixo índice de frequência escolar é um dos indicadores de situação de risco que deve ser considerado na definição de políticas de proteção à família.

A escola é o espaço institucional que, por sua natureza, acompanha e monitora a frequência dos alunos no dia-dia do período letivo.

É também a escola que tem um acesso mais imediato à família para averiguar eventuais casos de não frequência ou de baixa frequência.

Considerando essa realidade, a Portaria Interministerial MÊC/MDS nº. 3.789 em seu art.4º define como atribuições dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino que contarem com alunos beneficiários do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:

- Identificar e disponibilizar dados atualizados dos alunos e ocorrências, como mudança de endereço, transferência, abandono e falecimento;
- No caso de transferências de escola, informar o nome do estabelecimento de ensino de destino;
- Cumprir os prazos estabelecidos no calendário para apuração, registro e encaminhamento da frequência dos alunos;
- Comunicar ao Conselho Tutelar fatos relativos ao Art.56 ECA;
- Informar, quando for o caso, as justificativas apresentadas pelo responsável do aluno para a frequência inferior a 85ºº da carga horária mensal, ou de 75ºº (no caso BVJ)

ORIENTAÇÕES PARA APRIMORAR O ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR E A QUALIDADE DO REGISTRO DE INFORMAÇÃO.

- Leia atentamente o Manual Operacional do Sistema MEC de acompanhamento da Frequência Escolar.
- Esteja atento aos recados e orientações sempre presentes no “Quadro de Avisos”.
- Visite regularmente os sítios eletrônicos do MEC (www.mec.gov.br).

Qualquer dúvida em relação à operacionalização do SISTEMA entrar em contato com o departamento.

ASSESSORIA EM PROJETOS

Responsável: Maria Stela Rosa – 3902 1025 – stelarosa1@hotmail.com

ATIVIDADES EXECUTADAS PELA GERÊNCIA DE PROJETOS

- Projetos: Institucional – apoio na organização
- Projetos Próprios da Unidade Escola – acompanhamento
- Por adesão – parceria com várias Secretarias e Projetos Específicos
- Leitura e análise de vários livros e projetos fornecendo o parecer pedagógico.
- Análise para escolha de Livros Didáticos do PNLD – Anos Iniciais e Finais.
- Escolha dos Livros Didáticos - duração de três anos.
- Confecção e controle das pastas referentes a Livros Didáticos de todas Unidades Escolares.
- Repasse de dados das Unidades Escolares e alimentação no Sistema Siscort – Livros Didáticos:
- Quantitativo de alunado;
- Controle de recebimento de livros;
- Remanejamento de livros de uma escola para outra;
- Solicitação de déficit de livros para as Unidades Escolares.
- Organização do depósito da Reserva Técnica de Livros Didáticos.
- Devolução de livros velhos para Goiânia.
- Recebimento, controle e distribuição de livros didáticos enviados pelo MEC, para escolas das zonas rurais.
- Reuniões com todas escolas para repassar dados recebidos do MEC, referente aos Livros Didáticos.

PROERD - Programa Educacional de Resistência a Drogas e a Violência.

OBJETIVO: Consiste na cooperação da Polícia Militar, oferecendo estratégias preventivas com a finalidade de reduzir, prevenir nossos jovens e adolescentes contra drogas, violência, etc.

INÍCIO: FEVEREIRO TÉRMINO: SETEMBRO

SECRETARIA DE CULTURA - “Ciranda Cultural”; *Cultura em Movimento; *Viagem Literária; *Recital Didático; *Escola vai ao Teatro; *SOS Terra; *Artes Plásticas; *Passeio Histórico; *Mostra de Cinema; *Banda Infante Juvenil;

OBJETIVO: Atender Unidades Escolares e Comunidade levando cultura a todos;

INÍCIO: FEVEREIRO TÉRMINO: NOVEMBRO

SECRETARIA DE SAÚDE - “Volta às aulas com saúde” – 2010

OBJETIVO: Estimular a participação da comunidade escolar.

INÍCIO: FEVEREIRO TÉRMINO: NOVEMBRO

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE – “ Quem Planta, Cuida”

OBJETIVO:

INÍCIO E TÉRMINO:

SEMANA DE EDUCAÇÃO PARA A VIDA – 18 a 22 de outubro de 2010

Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, que deverá ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.988, DE 27 DE JULHO DE 2009.

Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública no País realizarão, em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida.

Art. 2º A atividade escolar aludida no art. 1º desta Lei terá duração de 1 (uma) semana e objetivará ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.

Art. 3º A Semana de Educação para a Vida fará parte, anualmente, do Calendário Escolar e deverá ser aberta para a participação dos pais de alunos e da comunidade em geral.

Art. 4º As matérias, durante a Semana de Educação para a Vida, poderão ser ministradas sob a forma de seminários, palestras, exposições-visita, projeções de **slides**, filmes ou qualquer outra forma não convencional.

Parágrafo único. Os convidados pelas Secretarias Estaduais de Educação para ministrar as matérias da Semana de Educação para a Vida deverão possuir comprovado nível de conhecimento sobre os assuntos a serem abordados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

HINO NACIONAL SEMANALMENTE NA ESCOLA – SANÇÃO FEDERAL

Lei do Deputado Lincoln Portela – PR de Minas Gerais – Foi sancionada pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, José de Alencar. Com a sanção Presidencial a obrigatoriedade passa a valer automaticamente sem necessidade de estar prevista em legislações estaduais ou municipais.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD – PROGRAMA FEDERAL

O governo federal executa três programas voltados ao livro didático: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático

para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). Seu objetivo é prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com obras didáticas de qualidade.

Os livros didáticos são distribuídos gratuitamente para os alunos de todas as séries da educação básica da rede pública e para os matriculados em classes do programa Brasil Alfabetizado. Também são beneficiados, por meio do programa do livro didático em braille, os estudantes cegos ou com deficiência visual, os alunos das escolas de educação especial públicas e das instituições privadas definidas pelo censo escolar como comunitárias e filantrópicas.

Cada aluno do ensino fundamental tem direito a um exemplar das disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, que serão estudadas durante o ano letivo. Além desses livros, os estudantes do primeiro ano recebem uma cartilha de alfabetização.

O FNDE executa diretamente os programas, não havendo repasse de recursos para as aquisições de livros, que são realizadas de forma centralizada. Depois da compra, eles são enviados aos estados, municípios, entidades comunitárias e filantrópicas e entidades parceiras do Brasil Alfabetizado.

A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido para as escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal é feita com base no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), que serve de parâmetro para todas as ações do FNDE.

Os resultados do processo de escolha são publicados no Diário Oficial da União, para conhecimento dos estados e municípios. Em caso de desconformidade, os estados e municípios podem solicitar alterações, desde que devidamente comprovada a ocorrência de erro.

Todos os programas de livros didáticos são mantidos pelo FNDE com recursos financeiros do Orçamento Geral da União, sendo a maior parte da arrecadação do salário-educação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) coloca à disposição das escolas e secretarias estaduais e municipais de Educação um sistema desenvolvido para auxiliar as redes públicas da educação básica a remanejar os livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (Pnlem).

Acessando o Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort) no sítio eletrônico do FNDE, as escolas das redes públicas podem verificar a disponibilidade de livros nas unidades educacionais mais próximas e registrar possíveis sobras em sua instituição.

Anualmente, o FNDE adquire, com base na prévia do censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), os livros didáticos que serão utilizados pelos alunos das escolas públicas no ano seguinte. Apesar da projeção estatística feita pelo Inep, pode haver diferença entre o alunado estimado e as matrículas efetivamente realizadas, ocasionando falta ou sobra localizada de obras.

A solução para este problema está no Siscort, que informa o número de títulos enviados para cada escola, permitindo que a instituição, após informar o seu alunado real, saiba automaticamente se e onde há excesso ou escassez de livros, por disciplina e por ano.

Conservação de livros - Embora o Siscort seja um instrumento valioso para auxiliar as escolas e as secretarias de Educação a encontrar obras para remanejamento, ele não resolve o problema de falta de livros por má conservação ou pela não devolução das obras pelos estudantes, no final do ano. Os livros do PNLD devem ser utilizados pelos alunos por três anos consecutivos. A falta de conservação e a não devolução das obras levam o FNDE a adquirir, a cada ano, mais 13% do total inicial de livros, para repor os que não foram devolvidos ou que estejam sem condição de uso.

Além de adquirir e distribuir gratuitamente livros didáticos em quantidade suficiente para atender todos os alunos da rede pública do ensino fundamental, o PNLD ainda compra 3% de reserva técnica, para garantir o atendimento a escolas e alunos novos.

→ [SISCORT - Sistema de controle de remanejamento e reserva técnica](#)

PROPOSTA DE TRABALHO PARA 2010

- Projetos:

Para o ano de 2010, trabalharemos para consolidar os Projetos Institucionais junto ao Departamento Pedagógico. Para isso teremos a seguinte dinâmica de trabalho:

1. **Projeto Institucional**

Semana de Educação para a vida.

Hino Nacional – Semanalmente.

2. **Projetos constituídos pela própria Unidade Escolar:** Sugerimos que seja apenas um por série ou três por escola (deverão ser repassados para a Gerência de Projetos, constando: título, ano que irá realizar, data de início e término objetivo principal. Solicitamos o planejamento de todo o ano letivo e que seja enviado até o dia 23/02/2010).

3. **Projeto por adesão:** Sugerimos que seja dois por semestre para cada Unidade Escolar, (deverão solicitar a adesão com antecedência, esclarecendo o objetivo).

OBS: Em relação as ações e datas comemorativas realizadas na Unidade Escolar, deverão ser repassados à Gerência de Projetos, através de um cronograma anual até o dia 23/02/2010.

- Livros Didáticos:

1. Análise para escolha de Livros Didáticos do PNLD – Anos Finais.
2. Escolha dos Livros Didáticos – Duração de três anos.
3. Confecção e controle das pastas referentes a Livros Didáticos de todas Unidades Escolares.
4. Repasse de dados das Unidades Escolares e alimentação no Sistema Siscort – Livros Didáticos:
5. Quantitativo de alunado;
6. Controle de recebimento de livros;
7. Remanejamento de livros de uma escola para outra;
8. Solicitação de déficit de livros para as Unidades Escolares.
9. Organização do depósito da Reserva Técnica de Livros Didáticos.
10. Devolução de livros velhos para Goiânia.
11. Recebimento, controle e distribuição de livros didáticos enviados pelo MEC, para escolas das zonas rurais.
12. Reuniões com todas escolas para repassar dados recebidos do MEC, referente aos livros didáticos.
13. Cronograma de Execução do Programa Nacional do Livro Didático / PNLD (Cópia em anexo).

PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA 2010
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

COORDENAÇÃO: CLÁUDIA HELENA DOS SANTOS ARAÚJO – MARY AURORA DA COSTA MARCON – OLIRA SARAIVA RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

O quadro-giz, o papel, o lápis, o livro ainda são tecnologias utilizadas no processo ensino-aprendizagem. No entanto, a partir do século XX, com a disseminação das novas tecnologias eletrônicas da comunicação e informação, apresenta-se a linguagem digital (LÉVY, 1993), que se agrega às outras linguagens da inteligência – fala e escrita; verbal e não-verbal – e constitui uma nova forma de compreensão do mundo.

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs – se articulam às tecnologias da inteligência por meio de suportes midiáticos – o jornal, o rádio, a televisão – e realizam o acesso, a veiculação das informações e da ação comunicativa em todo o mundo. E, como não poderia deixar de ser, as ferramentas tecnológicas sofrem “um tratamento educacional” (CANDAU, 1979) quando inseridas no *lócus* escolar e nas ações pedagógicas. A função da escola é, portanto, inserir crítica e pedagogicamente (com intencionalidade, pensando estratégias metodológicas-reflexivas) as informações que circulam nessas mídias, propondo a utilização do computador, retro projetor, data show, internet, softwares entre outros, na transposição didático-metodológica para constituí-las em conhecimento.

Desse modo, faz-se necessário que a instituição escolar reconheça a importância e incorporação das novas tecnologias no modo de ser e de agir das pessoas e na própria maneira de se comportarem diante de seu grupo social, a fim de que seus agentes – administrativos, educadores, educandos e comunidade – possam construir novos caminhos para o processo ensino-aprendizagem. Para tanto, o esforço educacional para a democratização do acesso aos produtos tecnológicos e a velocidade das alterações das tecnologias “midiáticas” requer aprendizagem constante.

O desafio a ser assumido por toda a sociedade é abrir-se para “novas educações” (KENSKI, 2004:27), advindas de um saber ampliado e mutante do conhecimento e que por sua vez, refletem sobre as tradicionais formas de pensar e fazer educação.

OBJETIVO GERAL:

- Promover o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação, bem como propor um modelo de ambiente multimeio para o processo de ensino e aprendizagem que concorra para a formação crítica e reflexiva dos agentes educacionais, a fim de tornar a escola pública o ponto de partida para a inclusão digital no município de Anápolis.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Utilizar o laboratório e multimeios no processo de ensino e de aprendizagem;
- Integrar o ambiente às diretrizes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação;
- Integrar o ambiente aos Projetos do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação (Anos Iniciais - Anos Finais - Ed. Infantil - EJA);
- Desenvolver projetos e/ou subprojetos para a integração das TICs no ambiente escolar.
- Utilizar as mídias em geral para divulgação e disseminação dos projetos educacionais, bem como de legislações vigentes.

MODULAÇÃO PARA O AMBIENTE:

- **Escola de Tempo Integral:** 30h matutino/ 20h Aula de Informática.+ 10h Mais Educação + 10 EJA (se houver);
- **Escola de 1º a 3º porte:** 20h matutino / 20h vespertino +10h EJA;

- **Escola de grande porte:** 30h matutino / 30h vespertino+20h EJA.

MODULAÇÃO DO PROFESSOR DINAMIZADOR

- **Professor de área específica:** Completar carga horária no Laboratório ou no contraturno;
- **Professor Pedagogo:** completar carga horária no contraturno.

PERFIL DO PROFESSOR DINAMIZADOR

- Deverá contemplar em seu currículo a Formação Superior Docente e os conhecimentos da Área de Informática;
- Apresentar uma postura de trabalho para ambiente coletivo, estimulando a equipe e os educandos na utilização dos multimeios como ferramenta no processo ensino-aprendizagem;
- Capacidade para o envolvimento quanto à realidade da Educação Inclusiva;
- Apresentar atitudes que visam a formação contínua e que representem os processos educativos aos quais participa.

FUNÇÃO DO PROFESSOR DINAMIZADOR:

- Desenvolver atividades junto à coordenadora pedagógica e ao corpo docente da escola;
- Integrar o laboratório aos Projetos do Departamento Pedagógico da SEMECT (Anos Iniciais - Anos Finais - Ed. Infantil - EJA);
- Estimular e apoiar a equipe escolar para o uso das tecnologias interativas aplicadas à Educação (computador, vídeo, internet, TV, retroprojeto, data show e outros);
- Oferecer Cursos de Capacitação à equipe escolar;
- Participar das discussões do **PPP, do PDE e dos Momentos Pedagógicos da Escola** com a finalidade de articular as ações pedagógicas desenvolvidas com o uso das tecnologias educacionais;
- Registrar as atividades desenvolvidas e produzir relatórios trimestrais;
- Conservar e zelar pela boa manutenção dos equipamentos e materiais educativos utilizados na sua área de atuação;
- Participar de reuniões e estudos com a Equipe de Educação e Tecnologia;
- Construir projetos/subprojetos e atividades para o ambiente;
- Planejar rotinas e horários para oportunizar a comunidade escolar para o uso das TICs.
- Divulgar projetos, trabalhos dos alunos, práticas pedagógicas da unidade escolar no ambiente web (blog, dentre outros).
- Produzir áudio e vídeos, apresentações, entre outras possibilidades para a publicização das construções dos agentes educativos.

BIBLIOGRAFIA

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Tecnologia educacional: concepções e desafios. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 28, p. 61-66, mar. 1979. Disponível em: www.proteoria.org/textos/2004_cadernos_de_pesquisa.pdf Acessado em 23/04/2009.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância*. Campinas - SP: Papyrus, 2004.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro. 1993.

CRONOGRAMA DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÕES

É muito importante que todas as documentações sejam entregues nas datas estabelecidas

Documentação	Data	Departamento	Responsável
Entrega do número de matrículas	01/02/10	Estatística	Vágnar
Movimento e Matrícula Final –Final do ano letivo/2009	05/02/10	Estatística	Vágnar
Estatística Mensal (referente aos dados do mês anterior)	05 de cada mês	Estatística	Vágnar
Diagnóstico de Escrita de 1º e 2º Ano	05/02 - Inicial 05/04- I Bimestre 05/08- II Bimestre 05/10 – III Bimestre 17/12- IV Bimestre	Gerência de Ensino	Cristina
Desempenho Acadêmico	05/04- I Bimestre 05/08- II Bimestre 05/10 – III Bimestre 17/12- IV Bimestre	Gerência de Ensino	Cristina

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

POLO ANÁPOLIS

Coordenadora: Eunice M^a M. Martins Kattah

Secretária Acadêmica: Marli Rodrigues

Técnico de Informática: Eduardo Veronezi

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para oferecer, através da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior público e de qualidade para camadas da população que estão excluídas do processo educacional e para aqueles municípios que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a demanda.

Para ofertar cursos a distância, cada município tem a responsabilidade de manter as instalações físicas necessárias para apoiar alunos em questões tecnológicas, de laboratório, além de biblioteca. Já a elaboração dos cursos é de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior de todo país, que desenvolvem material didático e pedagógico.

Atualmente, temos parcerias com as instituições: Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) e as ações da UAB para 2010 dependem do cronograma dessas Instituições.

CURSOS OFERECIDOS

Total de Cursos	Número de Tutores	Número de Alunos
08	09	290

Endereço do Polo: Av. São Francisco nº 880 (espaço compartilhado com o Centro de Formação dos Profissionais em Educação, Ciência e Tecnologia) – Bairro Jundiá

Telefone: (62) 3902.1458.

e – mail: uabanapolis@gmail.com

Objetivos:

- Formar professores para atuar na Educação Básica;
- Desenvolver a modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir a oferta de cursos de educação superior ;
- Ampliar a oferta do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Instituições parceiras:

- Universidade de Brasília (UnB);
- Universidade Federal de Goiás (UFG)

Cursos oferecidos em 2009:

- 02 Licenciaturas - UnB (Teatro e Música);
- 01 Especialização – UFG (*Metodologia do Ensino Fundamental*);
- 02 Especializações - UnB (*Educação na Diversidade e cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos, Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*);
- 01 Aperfeiçoamento – UFG (*Educação Integral e Integrada*).

Para o ano de 2010:

- 01 Licenciatura – UFG (*Artes Visuais*);
- 01 Especialização – UnB (*Técnicas aplicadas ao Ensino de Biologia*)

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO POLO

Segunda- feira: Matutino e Vespertino

Terça a Sexta feira: Matutino, Vespertino e Noturno

Sábado: Matutino e vespertino

e mail: uabanapolis@gmail.com

Ações para 2010:

- Implantar e implementar a biblioteca da UAB;
- Disponibilizar a estrutura do polo aos alunos nos três turnos (funcionamento do Laboratório de Informática em período integral);
- Ampliar o número, níveis e modalidades dos cursos (graduação, pós graduação, extensão, cursos de verão, aperfeiçoamento);
- Buscar parcerias para fornecer suporte aos Encontros Presenciais dos cursos;
- Acompanhar o processo de reforma;
- Acompanhar a divulgação dos editais e seleção de tutores para os cursos;
- Acompanhar a capacitação dos tutores novatos e veteranos;
- Divulgar os cursos que forem propostos para 2010 junto aos diferentes órgãos e setores da sociedade;
- Adequar espaço para desenvolvimento do curso de Artes Visuais;
- Acompanhar os cursos em andamento nos aspectos pedagógicos e administrativos;
- Repassar relatórios periódicos à administração municipal sobre o trabalho desenvolvido.

PROFESSORES READAPTADOS

A readaptação foi criada para o servidor público com problemas de saúde. O que pudemos identificar foi que a maioria dos professores readaptados está nas escolas exercendo funções diversas da sua formação, voltadas a suprir falta de funcionários específicos, sem uma proposta coerente de integração com educadores ou uma proposta de reabilitação funcional relacionada à sua formação e habilitação. O processo de readaptação, como tem se realizado, não promove uma efetiva readaptação, mas novos fatores de sofrimento que geram angústias e exclusão.

O (a) professor (a) readaptado (a) passará a exercer atividades compatíveis com sua condição de saúde e habilidade técnica, quer em função pedagógica, técnico-pedagógica, quer em função de apoio administrativo. A Semect deverá indicar as atividades a serem desenvolvidas pelo (a) readaptando (a), na nova função, proporcionar-lhe formação necessária ao seu exercício e acompanhar-lhe o desempenho.

Projetos da Semect para os professores readaptados:

- Reforço para Alfabetização;
- Biblioteca Participativa e Cativante;
- Recuperação Paralela (acompanhamento das atividades elaboradas pelo professor de sala no decorrer do bimestre);
- Coordenação técnica.

- Laboratório de Informática.
- E outras funções...

. PROJETO BIBLIOTECA PARTICIPATIVA E CATIVANTE

O interesse pela leitura se cria, se suscita, se educa....

Isabel Solé

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Educação sente a grandiosa necessidade de impulsionar o trabalho de leitura nas escolas da rede municipal, o departamento pedagógico elaborou o Projeto “Biblioteca Participativa e Cativante” que tem a intenção de provocar um novo olhar à biblioteca escolar, que começa a ser pensada e discutida nesta Rede, para que de fato venha exercer uma função dinâmica na vida escolar e tornar-se o verdadeiro centro de estudos, pesquisa e lazer; como forma de criar ações que formarão crianças, jovens e adultos como leitores e produtores de textos.

A Rede Municipal é carente destes espaços adequados à biblioteca, mas não poderíamos diante destas dificuldades deixar de realizar um trabalho importante para o desenvolvimento da leitura, para isso, criaremos locais alternativos.

Para tanto, alguns elementos são essenciais: o material permanente, o usuário, o acervo, os recursos humanos, a organização e as atividades.

O usuário é o principal determinante de sua existência. Para ele se voltam a organização do acervo e dos serviços e a definição das características do local e dos equipamentos.

O acervo deve ser adequado ao tipo e ao nível do aluno-leitor. Alguns fatores merecem ser destacados: sugestões dos leitores, obras mais procuradas, idade dos usuários etc. Seu conteúdo é formado de livros de consulta e informação, livros didáticos e de recreação, revistas, recortes, cartazes, audiovisuais, etc.

O sucesso da biblioteca na escola vai estar ligado ao pessoal que nela atua e para tal, é necessário ter em mente: Quem é? Que faz? Como o faz? Com o que faz?

Mediante os fatores citados acima e da proposta em tornar a biblioteca um espaço participativo e cativante no meio escolar, parte do dia-a-dia dos alunos até tornar-se imprescindível é que se justifica a necessidade do desenvolvimento do presente projeto com vistas a implementar de forma efetiva, sistematizada e eficaz a biblioteca escolar na Rede Municipal de Ensino.

OBJETIVO GERAL:

Formar alunos e professores como leitores produtores de texto e pesquisadores, a partir da integração da biblioteca ao projeto político pedagógico de cada unidade escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Atender ao coletivo escolar, e também à comunidade situada no entorno da escola, no que se refere às demandas de informação e leitura;
- Fazer da biblioteca escolar local de múltiplas leituras e descobertas, de informação, de formação e de expressão da cultura.

ESTRUTURA DO PROJETO

A Rede Municipal de Ensino de Anápolis é hoje composta por 64 Unidades Escolares e 16 CMEIS, destes, poucos possuem bibliotecas ou espaços adequados, muitas vezes improvisados.

A administração das bibliotecas nas unidades escolares estará a cargo dos dinamizadores de bibliotecas que poderão ser professores readaptados, auxiliares administrativos, coordenados pela Gerência de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia que realizará o monitoramento do Programa. Este monitoramento se dará mediante visitas periódicas às escolas, análise e compilação de relatórios estatísticos, que serão encaminhados bimestralmente a esta coordenação, informando sobre: o crescimento do acervo, as atividades culturais realizadas nas bibliotecas, empréstimos, pesquisas, temas mais pesquisados, projetos desenvolvidos com suas evidências, dentre outros dados.

Bimestralmente serão realizadas reuniões com os bibliotecários, além disso, anualmente será realizado um encontro com todos os profissionais que atuam nas bibliotecas escolares.

Serão quatro os eixos norteadores do Projeto Biblioteca Participativa e Cativante: Composição e melhoria do acervo, Informatização, Formação de pessoal e do leitor.

Composição e melhoria do acervo

As bibliotecas contarão com percentuais provenientes do PAFIE, PDDE, PDE e parcerias com empresas que desenvolvem trabalhos sociais que revertam na melhoria da cultura das crianças, adolescentes e adultos da comunidade Anapolina.

Hoje temos a consciência da grande necessidade de crescimento do acervo das bibliotecas escolares.

O acervo da biblioteca deve ser escolhido a partir do projeto político-pedagógico da escola, das necessidades de informação, formação e lazer dos usuários. Deve também, apresentar uma diversidade de tendências, formas, tamanhos e gêneros e oferecer aos usuários a oportunidade de discussão com os mais diferentes pontos de vista.

Com o objetivo de qualificar a escolha dos materiais, a Coordenação das Bibliotecas elaborou as *Diretrizes para a Formação da Comissão de Seleção de Acervo da Biblioteca*. Para democratizar as escolhas, cada biblioteca deve constituir sua comissão com representantes de todos os segmentos da escola – profissionais da biblioteca (dinamizadores), direção, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários, alunos e pessoas da comunidade.

Informatização Futura

Todas as bibliotecas escolares deverão possuir computadores com acesso à internet para uso dos alunos e professores. Além disso, um computador para gerenciamento e realização dos serviços internos da biblioteca.

Para o gerenciamento das bibliotecas deverá ser adotado um software, suporte este direcionado, pela diretoria de ciência e tecnologia.

Formação do profissional (dinizador) que atua nas bibliotecas escolares

Os dinamizadores de biblioteca ao ingressarem nesta função deverão receber uma formação inicial, de 24 horas, com palestras sobre o programa de bibliotecas, oficinas de ação cultural e pedagógica, organização da biblioteca escolar, pesquisa escolar e noções de informática.

A formação continuada e em serviço será realizada através de reuniões bimestrais da Coordenação de Bibliotecas com os dinamizadores, com momentos de formação e de relato de experiências, estudos e problematização das dificuldades enfrentadas na execução do Programa.

Deverão também ser programadas diversas ações pela Coordenação de Bibliotecas, como:

-Formação patrocinada pelo FNDE/MEC: Curso “Literatura, informação e cultura no cotidiano escolar”. Formação de profissionais que atuam nas bibliotecas escolares, com o objetivo de tornar o espaço da biblioteca em locais dinâmicos de leitura, cultura, informação e formação.

-Curso de Contação de histórias: “Quem tece um ponto, conta um conto”. Formação que visa promover a contação de histórias junto ao coletivo escolar.

-Oficina de pequenos reparos em livros: Formação com objetivo de preservar os acervos das bibliotecas escolares.

- Curso: A importância da Leitura em Voz Alta de livros literários.

Formação do Leitor- Programa de leitura

Acreditando nas inúmeras possibilidades da leitura e que todos podem tornar-se leitores que não apenas decodifiquem palavras, mas que ajam sobre o texto, que façam inferências, que atuem em seu meio de forma crítica e questionadora, diversas ações deverão ser realizadas. Entre elas:

- Os dinamizadores de bibliotecas deverão realizar oficinas de formação para a equipe escolar e para a comunidade, como: oficinas de pesquisa escolar, de contação de história coletiva e de leitura em voz alta de livros literários, estudo de obras literárias, bate-papo com autores, etc.
- **Projeto “Leia Anápolis”:** Um grande encontro anual de leitura, que reunirá os profissionais das unidades escolares, de bibliotecas públicas e centros culturais, que terão a oportunidade de ouvir depoimentos de alunos, professores, bibliotecários, funcionários de escola e de escritores sobre o significado da leitura em suas vidas, de assistir a espetáculo teatral e musical, além de palestras, apresentações de trabalhos desenvolvidos nas bibliotecas escolares e oficinas. Promovendo assim um olhar diferenciado para os livros e uma discussão sobre a importância da leitura na Rede Municipal de Educação de Anápolis. O “Leia, Anápolis” deverá primeiramente ocorrer nas Unidades Escolares, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para o significado da leitura, principalmente da leitura literária no espaço escolar; depois haverá o Global, já citado acima.

Sugestões de projetos a serem desenvolvidos nas bibliotecas escolares:

Com objetivo de integrar a biblioteca ao cotidiano da escola, propomos alguns projetos cujas ações dinamizarão o espaço da biblioteca:

- 1) Baú dos Contos de Fadas. Estudo da biografia do autor, reconto, contos de autoria com a publicação do livro da sala.

- 2) Projeto Historiando: Alunos escolhem um livro na biblioteca, fazem a leitura e depois a contam em vários espaços da escola como cantina, secretaria, etc.
- 3) Jornal “Só Leitura”: Os alunos entram em contato com os jornais na biblioteca. Depois, utilizando os computadores, fazem jogos literários e produzem textos que serão publicados no jornal da biblioteca escolar o “Só Leitura”.
- 4) Grupo de teatro “Letra Viva”: Leitura de uma obra literária pelos alunos, para transformá-la em texto que será apresentado em esquetes pelos grupos de teatro que serão montados na comunidade escolar.
- 5) Conhecendo a Biblioteca: Apresentação da biblioteca para todos os alunos, para criar tanto a consciência de conservação do acervo, como o gosto pela leitura. Serão realizadas brincadeiras, contações de histórias entre outras atividades.
- 6) Hora do Conto: Projeto que terá como tema, por exemplo, os personagens de Monteiro Lobato. Com a participação dos alunos, serão escritas poesias sobre o Sítio do Pica-pau Amarelo. Pode-se fazer parceria com a escola municipal de música para musicar os textos que serão para toda a escola.

ATRIBUIÇÕES DO DINAMIZADOR DA BIBLIOTECA

- O dinamizador de biblioteca é o elemento de ligação sala-de-aula e biblioteca e várias qualidades lhe são exigidas: vocação, dedicação, responsabilidade, competência, comportamento leitor e disposição para o trabalho.
- O dinamizador da biblioteca deve atuar junto ao professor diretamente na formação e utilização do acervo, na formação do hábito de pesquisa e análise crítica, selecionando criteriosamente o material e na escolha de atividades para que a Biblioteca Escolar faça parte do dia-a-dia do aluno. O dinamizador deve planejar as atividades que vai desenvolver com os alunos para disseminar a informação atualizada, útil, adequada e oportuna.
- Estar voltado ao processo educativo, para tanto deve participar da elaboração da Proposta Pedagógica da Unidade Escolar, conhecer o Plano Docente para apropriar-se dos conteúdos e desenvolver atividades diversificadas, possibilitando a ampliação da prática pedagógica dos mesmos.
- Interagir com a Equipe Docente no desenvolvimento de atividades pedagógicas, integrando e dinamizando o processo de Ensino e Aprendizagem, formando cidadãos leitores, críticos e reflexivos. Desta forma o trabalho deve ser realizado com foco no plano de aula do professor visando:
 - Desenvolver parceria professor/dinamizador da biblioteca;
 - Orientar no uso de recursos bibliográficos, visando à pesquisa e a Educação individual;
 - Estimular o processo de Educação, desenvolvendo competências de acessar, utilizar, produzir e avaliar informação;
 - Criar um ambiente favorável à formação do gosto pela leitura;
 - Agir como pólo cultural e uma rede de informação multimídia, buscando inserir alunos e professores ao conhecimento.
- Planejar as atividades técnico-administrativas-pedagógicas da Biblioteca Escolar, em parceria com o Diretor da Escola, seus recursos humanos, materiais e financeiros, de acordo com as Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e do Projeto Pedagógico da Escola, facilitando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos do Sistema Municipal de Ensino.
- Subsidiar e complementar com materiais bibliográficos em especial, a formação de professores e profissionais que atuam na área de educação.
- Cuidar da organização da Biblioteca Escolar, que deve acompanhar a da escola. Facilitar a organização e localização do acervo através de meios de busca e de pesquisa como catálogos, fichários, fichas de leitura, indicações nas estantes, quadros-de-avisos, varal e outros meios que se fazem necessários.
- Quanto às atividades desenvolvidas pela biblioteca, realizadas com as turmas dentro da matriz curricular, cumpre assinalar que o responsável pela mesma deve criar meios para atrair um número cada vez maior de leitores e conservar o hábito de leitura através de: clubes de leitura, criação de histórias, dramatização, varal de poesias, festivais artísticos, debates e palestras, concursos, hora do conto, tarde de autógrafos e outras atividades que os alunos sugerirem. Os professores de classe podem, ainda, realizar na Biblioteca Escolar em parceria com o dinamizador de biblioteca atividades de literatura, orientação no uso de dicionários, enciclopédias e índices, devem ensinar a fazer resumos, etc. Para estas ações, será necessário o livre acesso às estantes, aos fichários e catálogos, o que levará o usuário a descobrir muito além do procurado.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A avaliação das ações de formação desenvolvidas em 2009 indicou a necessidade de dar continuidade à formação dos professores regentes das salas para que possam se apropriar com maior eficácia da concepção de

ensino e aprendizagem e de alfabetização bem como das orientações didáticas que constam nos materiais produzidos para a aprendizagem dos alunos de todo o Ensino Fundamental.

Todos os coordenadores pedagógicos que atuam na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia trabalharão subsidiando os professores e também com oficinas semanais onde os professores poderão trabalhar novas técnicas de ensino-aprendizagem, discutir casos específicos, trocar idéias de professor para professor, etc.

Objetivo Geral

Promover a formação continuada dos professores que atuam em Salas de Aulas tendo como foco a aprendizagem dos alunos.

Objetivos Específicos

- Intensificar as ações de formação dos professores envolvidos como referência o conhecimento didático dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental;
- Compreender a concepção de ensino e aprendizagem da leitura e escrita presente nos materiais produzidos;
- Potencializar o uso do material como recurso para organizar a rotina de sala de aula.

Público Alvo

Professores regentes das Salas de Aulas do Ensino Fundamental.

BIBLIOTECA ZECA BATISTA

Responsabilidade: Natalina Fernandes Cunha

OBJETIVO GERAL:

- Oferecer material didático, pedagógico e literário para o desenvolvimento da leitura.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Auxiliar os usuários em geral, vestibulandos, concursandos e alunos de quaisquer níveis, na escolha do material necessário para que suas metas sejam alcançadas.
- Ser suporte para os professores, dando-lhes apoio e material na realização de seus trabalhos pedagógicos e no desenvolvimento de projetos escolares.

METAS:

- Dar oportunidade aos servidores desta Biblioteca de se aprimorarem através de cursos específicos como por exemplo: libras, relações humanas, encadernação e restauração de livros.
- Maior integração entre o pessoal dos diversos Departamentos da Educação para a otimização dos serviços.

- Realizar pelo menos duas vezes ao ano, dois grandes projetos: **Abril**, mês do livro”, com um projeto voltado para o incentivo à leitura, pretendemos trabalhar juntamente com as escolas a leitura e interpretação de livros de autores goianos (infantis) premiando a melhor interpretação com kits de livros. Em **Agosto**, mês do folclore, realizaremos concursos e outras atividades, incentivando as escolas a trabalharem o folclore brasileiro, ou seja, nossa cultura.
- Continuar com os projetos **“A Biblioteca vai à Escola”** e **“A Escola Vai à Biblioteca”** desenvolvendo temas específicos solicitados pelas escolas, além do incentivo à leitura e a divulgação dos serviços oferecidos pela Biblioteca (empréstimos, auxílio aos deficientes visuais, na seção Braille, feiras de troca de livros) e a valorização das obras e autores goianos, em especial anapolinos, numa parceria com a ULA (União Literária Anapolina).
- Promover três feiras anuais de troca de livros usados (didáticos, infantis e literários)
- Projeto Experimental

Local – Terminal de ônibus

A intenção é, de início, colocar uma mini estante no terminal de ônibus ao lado de uma loja em acordo com o proprietário e deixarmos de 80 a 100 livros devidamente carimbados com os dizeres: “Pegue, leve, leia e devolva”. Toda sexta-feira uma funcionária fará a contagem dos livros. No final de 2 meses faremos um relatório com o levantamento da quantidade e estado dos livros.

Depois de dois meses, dependendo do resultado outro local será escolhido.

Material; 02 estantes pequenas

Objetivo – popularizar o livro despertando o interesse pela leitura e comprovar a sociabilidade do anapolino.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO ESCOLAR

É importante esclarecer que o PPP e PDE são instrumentos de gestão escolar não independentes, ou seja, totalmente vinculados um ao outro. O PDE deve estar dentro do PPP diretamente.

As ações planejadas deverão ser estruturadas junto com os profissionais que atuam na escola. Quando houver necessidade de mudança de ações e conseqüentemente da forma de gastar o dinheiro isso deverá ser feito com a ciência do Conselho Escolar e com antecedência à equipe da Semect.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA - PDE

O PDE é uma ferramenta gerencial de planejamento utilizada com o propósito de auxiliar a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe esteja trabalhando para atingir os mesmos objetivos, avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança.

O PDE constitui um esforço disciplinado da escola para produzir decisões e ações fundamentais que moldam e guiam o que ela é, o que faz e por que assim o faz, com um foco no futuro. Entretanto, apesar de o foco estar no futuro, as decisões devem ser tomadas no presente.

A implementação do PDE

Fazer um PDE significa atribuir e assumir compromissos e responsabilidades. Para cada atividade, devem ser listados, nominalmente, os responsáveis por coordenar as ações em função de assegurar os resultados. Independente de qual foi o grau de participação da equipe escolar na elaboração do PDE, a liderança do Gestor Escolar é condição básica para sua implementação. O PDE indica as expectativas da comunidade em relação à escola e a resposta da escola a essas expectativas e cabe ao Gestor, como líder, a função de implementar as mudanças nele

expressas. A liderança do Gestor consiste em mobilizar as vontades, a energia e o trabalho dos membros da comunidade escolar para atingir os objetivos e as metas definidas.

Avaliando e revendo o PDE

As metas do PDE devem ser avaliadas e medidas corretivas tomadas de preferência, a cada semestre e no mínimo a cada ano.

Metas atingidas podem ser substituídas por novas metas.

A avaliação deve ser um momento de revisão e de crítica, mas também deve ser um momento de celebração e reafirmação da missão, da visão e dos propósitos da escola para o novo ano escolar.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

O Projeto Político Pedagógico constitui a identidade da instituição escolar, que se revela nas ações dos diferentes agentes internos e externos que, por sua vez, influenciam tempos, espaços, relações e conhecimentos dessa escola.

A relevância de um projeto escolar consiste no planejamento que, evita improvisação, serviço malfeito, perda de tempo e de dinheiro.

Com planejamento, fica bem claro o que se pretende e o que deve ser feito para se chegar aonde se quer. Um bom Projeto Político Pedagógico dá segurança à escola. Escolhem-se as melhores estratégias o que facilita seu trabalho, pois o mesmo está fundamentado no projeto que norteia toda Unidade Escolar. Isso se faz imprescindível para se ter um rumo, visando obtenção de resultados de forma mais eficiente, intensa, rápida e segura.

Explicitando a dimensão política e pedagógica do PPP

POLÍTICA – tem uma intencionalidade de formar o cidadão para um tipo de sociedade. Formar um ser político, responsável para viver e conviver em sociedade, atuando no mundo para transformá-lo com a sua ação positivada.

PEDAGÓGICA – possibilita estabelecer as ações educativas da escola e a efetivação de sua intencionalidade para formação do aluno de forma a adquirir conhecimento e desenvolver a capacidade de aprender, de ser produtor de conhecimentos de forma crítica e autônoma, bem como, de assumir novas atitudes diante da vida.

Construção do Projeto Político Pedagógico

A construção do Projeto Político Pedagógico não é uma ação simples. Implica diversos enfrentamentos pessoais e coletivos, sendo fundamental para o sucesso do processo uma equipe articuladora forte e embasada teoricamente, mas que não se considere detentora/dona do saber. Pode-se perceber, que é uma construção necessária e possível, devendo ser pautada em dois princípios: o da necessidade e o da possibilidade.

Para que o processo de construção do Projeto Político Pedagógico seja realmente eficaz é necessário que o Gestor Escolar crie mecanismos e condições favoráveis para envolver todos os segmentos da comunidade, não só na elaboração do PPP, mas, na observação crítica do cotidiano escolar. Dessa forma, possibilitará que a escola resgate seu espaço democrático, comunitário e público, onde todos tenham voz e vez.

Processo de Construção e Avaliação do Projeto Político Pedagógico

COMO? A AÇÃO

O QUE É? SITUAÇÃO REAL

PARA QUE? UTOPIA SOCIAL

▪ **Ato Conceitual**

Em face da realidade descrita e analisada, que concepções de educação, escola, gestão, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação se fazem necessárias para atingir o que pretendemos?

▪ **Ato Operacional**

Quais as decisões de operacionalização? Como redimensionar a organização do trabalho pedagógico? Que tipo de gestão?

▪ **Ato Situacional**

Como compreendemos a sociedade atual? Como se caracteriza o contexto social onde a escola deverá atuar? Qual o papel da escola? A quem ela serve? Que experiências ela propicia ao aluno?

Seqüência para elaboração do Projeto Político Pedagógico

1. Apresentação
 - 1.1. Identificação
 - 1.2. Histórico da Escola
2. Missão
3. Visão
4. Objetivos
5. IDEB – Resultados obtidos e Metas
6. Pressupostos Teóricos
7. Organização Curricular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA)
8. Estrutura Organizacional
 - 8.1. Estrutura Física (Adm)
 - 8.2. Recursos Materiais (Adm)
 - 8.3. Recursos Humanos (Adm)
 - 8.4. Pessoal Técnico Administrativo (Adm)
 - 8.5. Corpo Docente (Adm)
 - 8.6. Corpo Discente (Adm)
 - 8.7. Recursos Financeiros (Adm)
 - 8.8. Metodologia de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA)
 - 8.9. Relação Professor-aluno-comunidade (Pedag.)
 - 8.10. Relação de Trabalho (Pedag.)
 - 8.11. Avaliação de Ensino (Pedag.)

- 8.12. Estratégias de Recuperação (Pedag.)
9. Calendário Aprovado pelo Conselho Municipal de Educação
10. Horário de Aula (que a Escola estabeleceu em todos os turnos)
10. Atendimento Educacional Especializado – nº de participantes
11. Conselho de Classe (Organização baseada na Legislação)
12. Atividades Complementares que acontecem na Escola- Quais, horário e número de participantes
13. Conselho Escolar (Atuação / Composição)
14. Avaliação Institucional
 - 14.1. Avaliação dos Professores
 - 14.2. Avaliação dos Coordenadores
 - 14.3. Avaliação dos Funcionários
 - 14.4. Avaliação do envolvimento da comunidade
 - 14.5. Avaliação dos Projetos da Escola
 - 14.6. Avaliação dos Materiais Pedagógicos e Livros Didáticos
 - 14.7. Avaliação do Projeto Político Pedagógico
15. Quadro do Plano de Ação da Equipe Gestora para o ano atual
16. Referência Bibliográfica
17. Anexos:
Calendário Escolar, Matriz Curricular Aprovada, Quadro de Avaliação Diagnóstica da Alfabetização, Quadro de Avaliação do Desempenho dos Alunos, Formulários de Estágio Probatório, Formulários de Conselho de Classe, Perfil do Professor Alfabetizador, Projetos em que a Escola está inserida.

REGIMENTO ESCOLAR

O Regimento é a “lei da escola”. É um documento legal, de caráter obrigatório, elaborado com a participação da comunidade escolar.

O Regimento fixa a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar do estabelecimento. Estabelece a forma de trabalho, as normas dentro das quais o trabalho será realizado, bem como os direitos e deveres dos integrantes da escola, incluindo os públicos interno e externo.

Elaboração do Regimento Escolar

Sua elaboração, exige a participação de pessoas que possuem competências em certas áreas técnicas, além da participação de todos como forma de legitimação.

Por ter caráter de documento legal, sua vigência (ou alteração) só passam a valer, como muitas leis comuns, a partir do primeiro dia do ano seguinte à sua elaboração ou modificação. A alteração do Regimento Escolar deve obedecer às mesmas normas que a modificação da legislação comum, não se podendo, simplesmente, suprimir ou anexar novo texto, sem observar expressamente o que foi substituído, suprimido ou acrescido.

Normalmente o Regimento Escolar é organizado em capítulos com artigos e parágrafos, como numa lei e deve:

- Ser flexível, claro, preciso e dinâmico;
- Possuir terminologias adequadas e compreensivas;
- Seguir as orientações do departamento de inspeção escolar;
- Estar adequado à sua realização e finalidade;

- Ser atualizado sempre que: houver a necessidade de compatibilização com a legislação vigente, que experiência pedagógica e administrativa indicar ou ocorrerem mudanças na unidade escolar.

CONSELHO DE CLASSE

Definição

Conselho de Classe é uma reunião avaliativa em que diversos especialistas envolvidos no processo ensino-aprendizagem discutem acerca da aprendizagem dos alunos, o desempenho dos docentes, os resultados das estratégias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo, a fim de avaliá-lo coletivamente, mediante diversos pontos de vista.

Objetivos

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar.

Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

Requisitos

O Conselho de Classe, enquanto instrumento de avaliação, requer que os alunos estejam sendo constantemente observados pelos professores e demais especialistas que compõem os profissionais da instituição de ensino. Para isso, a avaliação deve ser cotidiana, pois todo o dia, toda a semana, até o final do semestre ou ano, cada aluno deve estar sendo percebido pelos professores que trabalham com ele. Ao observar, diagnosticar e registrar, saberes estão sendo extraídos sobre cada aluno de forma a enquadrá-lo dentro de uma determinada categoria de desenvolvimento que define alvos a serem alcançados por todos.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania.

Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

A equipe pedagógica deve ter em mente que o processo de avaliar possui, basicamente, três passos:

- Conhecer o nível de desempenho inicial do aluno (constatação da realidade);

- Analisar o progresso do aluno comparando seu nível inicial de desempenho com o nível atual, considerando o que é essencial e importante de ser aprendido e desenvolvido ao longo do processo educativo (qualificação da aprendizagem);
- Tomar decisões que possibilitem atingir os resultados esperados.

Fundamental é ter consciência de que só se pode avaliar o que foi ensinado e que a evolução do aluno, seu progresso entre o nível inicial e atual, é o que importa.

Desta forma, é necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe.

Organização

O que é

Uma reunião liderada pela equipe gestora e pedagógica da escola.

Quem participa

O diretor, coordenadores técnico e pedagógico, secretário geral, professores, 1 (um) representante de alunos por turma e 1 (um) representante de pais por turma.

Objetivo

Compartilhar informações sobre a classe e sobre cada aluno para embasar a tomada de decisões para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Vantagens

- Viabiliza avaliações mais completas sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos;
- Facilita a compreensão dos fatos com a exposição de diversos pontos de vista;
- Permite a avaliação da eficácia dos métodos utilizados;
- Possibilita a análise do currículo;
- Promove a troca de idéias para tomada de decisões rumo à melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Favorece a integração entre professores.

Como planejar

Preparar a pauta da reunião listando os itens que precisam ser comentados e discutidos. Todos os participantes devem ter direito à palavra para enriquecer o diagnóstico dos problemas, suas causas e soluções.

O que esperar

Chegar a um consenso da equipe em relação:

- às avaliações de desenvolvimento dos alunos, considerando as singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias de vida de cada um;

- às intervenções necessárias para melhorar o processo ensino-aprendizagem das turmas e dos alunos, individualmente.

Resultado

- Promover uma visão mais correta, adequada e abrangente do papel da avaliação no processo ensino-aprendizagem;
- Valorizar a observação do progresso individual dos alunos aula a aula, bem como seu comportamento cognitivo, afetivo e social durante as aulas;
- Reconhecer o valor da história de vida dos alunos, tanto no que se refere a seu passado distante quanto próximo (período a ser avaliado);
- Incentivar a auto-análise e auto-avaliação dos profissionais de ensino;
- Prever mudanças tanto na prática diária de cada docente como também na dinâmica escolar, sempre que necessário;
- Traçar metas para que as mudanças sugeridas sejam efetivamente realizadas;
- Organizar a reunião de pais onde serão repassadas as informações sobre os alunos.

PARTE DA RESOLUÇÃO CME Nº. 016/2007 QUE ORIENTA A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE E DEVERÁ SER SEGUIDA RIGOROSAMENTE COM TODOS OS PASSOS REGISTRADOS EM ATA.

Resolução CME nº 016/2007 – Capítulo IX – Do conselho de Classe

Art. 49 – O processo de desenvolvimento da aprendizagem deve ser objeto de rigorosa verificação e análise pelo Conselho de Classe, soberano em suas decisões, obrigatório a cada bimestre letivo, composto pelo diretor, coordenadores técnico e pedagógico, secretário geral, professores, 1 (um) representante de alunos por turma e 1 (um) representante de pais por turma.

Art. 50 – O Conselho de Classe deve avaliar o processo de desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos de cada turma separada e individualmente, tomando as medidas que se fizerem necessárias para o seu aprimoramento e para recuperação daqueles que apresentem dificuldades, qualquer que seja sua natureza.

Art. 51 – Após cada Conselho de Classe, todos os pais ou responsáveis devem, em reunião pedagógica, serem informados do desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, assim como, das estratégias e medidas a serem tomadas, visando ao seu aprimoramento.

Parágrafo único – A reunião pedagógica será presidida pelo diretor e participam obrigatoriamente coordenadores pedagógico e técnico, secretário geral e professores além dos pais e representantes dos alunos do Ensino Fundamental.

Art. 52 – Os Conselhos de Classe e as reuniões pedagógicas de que tratam os artigos 50 e 51, serão considerados como atividades de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos constantes no calendário de cada unidade escolar.

Art. 53 – As decisões do Conselho de Classe são soberanas e só podem ser revisadas e/ou modificadas por ele mesmo, mediante recurso interposto pelo interessado ou por seu representante legal no prazo estabelecido pelo Regimento Escolar, que não poderá ser inferior a 05 (cinco) dias.

Art. 54 – O Conselho de Classe deve realizar amplo debate sobre o processo pedagógico, o ensino ministrado, a aprendizagem, a avaliação dessa e a recuperação paralela, desenvolvidas ao longo de seu curso, promovendo as mudanças e adaptações que se fizerem necessárias, com vistas ao seu aprimoramento, durante o bimestre seguinte.

Art. 55 – Ao término do ano letivo, o Conselho de Classe deve realizar análise global sobre o desenvolvimento de cada aluno, ao longo de seu curso, tendo como parâmetros os aspectos elencados no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar com a finalidade de avaliar se ele dispõe de condições adequadas de ser promovido para o ano seguinte, de forma integral ou parcial.

Parágrafo único – A decisão do Conselho de Classe por qualquer uma das alternativas possíveis, necessariamente, tem de ser circunstanciada, motivada e anotada, em seu inteiro teor, em ata própria, na ficha individual do aluno e de forma sintética nos diários de classe.

Art. 56 – As reuniões do Conselho de Classe devem ser devidamente registradas, em documento próprio, pelo secretário geral, dando ciência de seu inteiro teor a todos os interessados, no prazo de cinco dias contados a partir de sua realização.

Art. 57 – Como o processo de aprendizagem tem por objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, é vedada a sua dispensa, pelo Conselho de Classe, da análise global de que trata o Art. 55, quaisquer que sejam as notas ou conceitos por ele obtidos ao longo do ano letivo.

II PARTE: DA GESTÃO ESCOLAR

O papel da Equipe Gestora

O Gestor Escolar é a peça chave da equipe gestora para o sucesso de qualquer escola. Há quem diga, inclusive, que a escola tem a cara do seu Gestor, pois a marca de sua administração fica evidenciada em todos os setores do espaço escolar.

Seu papel é cada vez mais complexo, ele deve cotidianamente, dar conta de diferentes “gestões”: do espaço, dos recursos financeiros, de questões legais, da interação com a comunidade do entorno e com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e das relações interpessoais (com funcionários, professores, famílias). Tudo isso, com um objetivo maior, que, se não é novo, ganhou uma importância que parecia um pouco esquecida nos últimos tempos: a aprendizagem dos alunos. Desse modo, todo Gestor é responsável por criar condições adequadas de trabalho onde haja respeito e confiança, definindo e distribuindo tarefas, dando apoio aos que estão sob sua liderança, revendo e avaliando resultados, assegurando, assim, condições para o alcance dos objetivos estabelecidos coletivamente. “A equipe tem que perceber que o gestor é o articulador de demandas e soluções para a aprendizagens das crianças. E que é essa a função primordial da Escola”.

A parceria entre gestor e coordenador pedagógico, é uma das mais relevantes na construção de uma escola de qualidade. Para isso eles precisam estar sempre muito afinados. A principal função do coordenador é cuidar da formação dos professores, um dos aspectos decisivos para implementar o projeto pedagógico decidido coletivamente pela comunidade escolar

O Gestor Escolar, o Secretário Geral e o Coordenador Pedagógico são os representantes legais da Escola. Entre outras incumbências, são responsáveis por coordenar as atividades de um conjunto de profissionais da educação básica, os quais devem desempenhar suas respectivas atribuições para que a escola execute sua proposta pedagógica e garanta educação de qualidade. Para isso, é necessário conhecer as atribuições definidas na legislação para cada um dos cargos que ocupam os servidores sob sua coordenação, como também conhecer a legislação vigente em nosso Município.

É importante que esta equipe de Gestão Escolar atue em conjunto com a sua comunidade, ouvindo os seus anseios e discutindo acerca de suas expectativas, sendo moderadores da diversidade de idéias, sem, no entanto, abrir mão de suas obrigações legais. Escolas administradas com eficiência e liderança mantêm atmosfera e ambiente de trabalho tranquilos e propícios à aprendizagem.

Quando se adota a autonomia pedagógica, em que professores e dirigentes se sentem responsáveis pelos resultados, seu programa é partilhado e complementado por todos através de atividades que acontecem dentro e fora da escola.

Missão de um líder

A verdadeira missão do líder da escola é conciliar as demandas burocráticas e pedagógicas – para garantir que os alunos progridam.

Perfil da Equipe Gestora

- Articuladora e mediadora dos segmentos internos e externos;
- Conhecedora do técnico, pedagógico, administrativo-financeiro e legislativo;
- Conhecedora holística do contexto da escola, do entorno escolar e da sociedade como um todo;
- Ser transparente, coerente nas ações e entusiasta da educação;
- Ser capaz de auto avaliar-se e promover a avaliação do grupo;
- Ter capacidade de resolver problemas (capacidade de ver, ouvir, sentir o problema no momento e local onde está inserida);
- Ter liderança democrática, capacidade de mediação, espírito ético e solidário;
- Ter iniciativa e firmeza de propósito para realização de ações;
- Ter pré-disposição para trabalho coletivo;
- Ter capacidade de compartilhar poder;
- Ter sua ação centrada no compromisso com a Proposta Pedagógica;
- Estar aberta a discussões.

(Trecho da Carta de Brasília, Programa Nacional “Escola de Gestores da Educação Básica”)

Responsabilidades da Equipe Gestora

O Gestor Escolar, o Secretário Geral e o Coordenador Pedagógico responderão pela:

Gestão Pedagógica

Numa escola é uma ação coletiva e integral com um propósito claro: educar o aluno. Alguns preceitos são essenciais para que a “ação coletiva” aconteça harmoniosamente e produza resultados.

- O ambiente escolar educa mais do que o esforço isolado de qualquer professor.
- O professor precisa sentir-se confiante e encorajado pela coordenação pedagógica e direção escolar para desenvolver seu trabalho.
- A disciplina de uma turma de alunos reflete, em grande parte, as ações e atitudes do professor.
- Os resultados finais da gestão pedagógica só podem ser avaliados através da aprendizagem dos alunos.
- É essencial que os resultados da avaliação de aprendizagem e conduta dos alunos sejam continuamente acompanhados pelos professores, coordenação pedagógica e gestor escolar.
- A Proposta Pedagógica deve orientar as ações do professor.
- A gestão pedagógica deve ter uma ação constante e preventiva.
- A gestão escolar deve manter-se informada dia após dia, sobre os resultados de aprendizagem, abandono e evasão escolar.

Gestão de Recursos Físicos

Recursos físicos são os que dizem respeito às instalações e aos equipamentos de uma escola: salas de aula, quadras esportivas, laboratório, cantina, cozinha, banheiros, e tudo mais que compõe o cenário físico da escola.

A melhoria das instalações e dos equipamentos deve ser um objetivo constante, mas sempre observando as prioridades.

Patrimônio

É o conjunto dos bens permanentes do estabelecimento de ensino: carteiras, armários, computadores e tudo que compõe o patrimônio da escola, que podem ser adquiridos com recursos provenientes de diferentes tipos de fontes:

O não cumprimento dos procedimentos de movimentação, identificação e registro de bens acarretam problemas de controle dos mesmos. É importante que a unidade escolar mantenha um controle atualizado de todos os seus bens permanentes, como forma de garantir a qualidade da gestão de seus recursos físicos.

Gestão de Recursos Financeiros

De forma geral, recurso financeiro quer dizer o dinheiro disponível para financiamento das atividades de uma escola.

As escolas públicas municipais contam com recursos oriundos das seguintes fontes:

Recursos do governo federal:

- PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola, não são todas as escolas que recebem.
- PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, somente as escolas cadastradas e aptas recebem.
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar – Setor de Alimentação Escolar
- Recursos Municipais através do PAFIE.

A gestão dos recursos financeiros de uma escola pressupõe observância das regras e critérios relativos à captação dos recursos, utilização dos mesmos e prestação de contas. Estas regras variam de acordo com a fonte de onde provém o dinheiro. A leitura e obediência às instruções de cada fonte são essenciais para assegurar uma administração financeira livre de problemas.

Solicitamos um cuidado especial quanto aos locais de compras, pois detectamos preços maiores que os de mercado na compra de materiais pelas escolas. Outro ponto é o cumprimento dos planos de comprar, visando sempre a melhoria do pedagógico da escola.

Prestação de Contas

Este é um assunto ao qual o Gestor deve prestar muita atenção, pois é a correta prestação de contas que garante que a escola continue recebendo recursos. Cada programa de repasse de verbas possui regras específicas para a prestação de contas. Essas regras se encontram nos manuais ou na regulamentação da legislação que criou os repasses e incluem:

- documentos exigidos;
- como deve ser elaborado o processo de prestação de contas;
- anexos necessários para o registro da prestação de contas;
- fixação dos prazos para a prestação de contas;
- indicação de quem deve assinar e encaminhar a prestação de contas;

Estas regras devem ser seguidas à risca para que a escola não tenha as suas contas rejeitadas.

Gestão da Documentação Acadêmica

Secretaria Escolar

A secretaria é peça fundamental da administração escolar, já que congrega uma equipe que colabora com a gestão da escola e com todos os demais setores envolvidos no processo pedagógico e na vida escolar.

Todo o trabalho desenvolvido na secretaria escolar é de responsabilidade do secretário. Essa função deve ser exercida por um profissional do quadro de professores eleito na escola em que atua.

É competência do secretário da escola executar os trabalhos pertinentes à vida escolar dos alunos, arquivamento de documentos, correspondência da escola e acompanhamento da vida funcional dos servidores.

O atendimento de qualidade, por parte da secretaria, faz toda a diferença, pois é através dela que vemos refletido todo o desenvolvimento da escola. A qualidade da informação e sua disponibilidade imediata significam decisões melhores e mais rápidas. São informações que servem aos mais variados propósitos, desde o atendimento aos alunos e seus decisões do dia-a-dia do gestor e dos professores, até subsidiar reuniões que acontecem na Escola, atender solicitações dos órgãos públicos e facilitar o diagnóstico dos problemas da escola.

A Escola Dinâmica

Transformando sua Escola numa Escola Dinâmica - Saiba que qualquer escola, mesmo nos ambientes mais pobres e difíceis, pode-se tornar uma escola ativa, é necessário que tenha:

- **Bons profissionais:** A escola boa é aquela que atrai, mantém e desenvolve bons profissionais.
- **Senso de missão:** A escola esforçada define com clareza sua proposta de ensino, e os participantes do processo sabem quais valores são ensinados e praticados nessa escola.
- **Autonomia Pedagógica:** Na escola dinâmica os professores e dirigentes sentem-se responsáveis e se responsabilizam pelas decisões pedagógicas, sempre enfatizando o desempenho acadêmico do aluno.
- **Liderança:** Ao entrar em uma escola onde o Gestor é bom, percebe-se, no primeiro instante, que há uma diferença no ar.
- **Clima Escolar:** A escola dinâmica tem e mantém um ambiente agradável.
- **Utilização do tempo:** O tempo é valorizado e isto se reflete no calendário, no ritmo das atividades, no rigoroso cumprimento do ano letivo e das horas-aula.
- **Participação da comunidade:** Os pais compartilham a visão e as expectativas da escola a respeito do sucesso dos filhos.
- **Administração dos recursos:** A escola decidida sabe fazer com que os recursos recebidos rendam mais e é capaz de buscar recursos adicionais.

Modulação

A Equipe Gestora responsável pela modulação dos profissionais que atuam na unidade escolar deverão estar atentos quanto ao reordenamento dos professores – modulação de acordo com a formação do professor. Dêem preferência para os pedagogos ocuparem funções de coordenações técnicas, pedagógicas, dinamizadores e atendimento educacional especializado.

Ressaltamos a importância da modulação de professores em especial nas salas de 1º e 2º ano respeitando o perfil adequado dos professores alfabetizadores. Sendo que duas das metas primordiais da Rede Municipal são:

- Estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;
- Alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;

RECUPERAÇÃO

Existem dois métodos de recuperação:

Recuperação Contínua: É realizada no decorrer das aulas por orientações de ensino e atividades diversas adaptadas à dificuldade de cada aluno. É feita também através de aulas extras para alunos que apresentam uma dificuldade mais acentuada e que requer mais contato com a matéria.

Recuperação Paralela: É realizada no final de cada bimestre onde o aluno recebe junto com o boletim um plano de estudo e / ou atividades para serem realizadas após alguns dias de estudo o aluno fará uma prova a respeito do conteúdo anteriormente orientado e será recuperado se conseguir atingir a nota necessária. Os alunos não poderão ser liberados. A lista de estudos / atividades deverão repassadas pelos professores aos alunos que ficaram abaixo da média em todas as disciplinas.

Cada Escola criará seu Projeto de Recuperação Paralela, obedecendo a Legislação que Fixa Normas para o Ensino Fundamental e que também não liberem os alunos mais cedo, pois segundo avaliações de 2008 e 2009 ela foi ineficiente.

SUGESTÃO DE PLANO DE ENSINO RECUPERAÇÃO PARALELA 2010

Escola Municipal _____

Área ou Componente Curricular: _____ Ano Turma: _____

Professor : _____

Bimestre: _____

Alunos	
Competências/ Habilidades a serem recuperadas	(indicar conforme Matriz de Referência 2010)
Conteúdo e seqüência Didática referente às habilidades propostas	
Atividades a serem aplicadas na Recuperação Paralela	
Recursos Materiais (apoio)	
Avaliação	(indicar os instrumentos de avaliação como prova objetiva, dissertativa, entre outros)

Professor (a)

Diretor de Escola

Coordenador Pedagógico

AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento indissociável do processo educativo, que possibilita ao professor definir critérios para replanejar as atividades e criar novas situações que gerem avanços na aprendizagem do aluno. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar o trabalho educativo.

Estudos contemporâneos nos remetem à idéia de que a avaliação é um processo interativo de ação e de reflexão, entre educadores e educandos, seguido ou não de intencionalidade e que envolve juízo de valor.

Nesse sentido, Joel Martins (apud Hofman, 1997) afirma:

“A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento passo a passo do educando, na sua tra

na sua trajetória de construção do conhecimento”.

A avaliação, portanto, deve estar a serviço da aprendizagem, cujo objetivo é a melhoria das práticas educativas e sua constante qualificação, possibilitando identificar problemas, encontrar soluções e corrigir rumos. Considerando que a aprendizagem ocorre por meio da aquisição e construção de competências e habilidades que favorecem novas experiências, o aluno passa a ser avaliado em relação a si mesmo, pois difere quanto a interesses, capacidades e aptidões, cabendo à instituição educacional proporcionar oportunidades de ensino e de aprendizagem que possibilitem seu pleno desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento curricular na abordagem por competências requer, necessariamente, a transformação dos procedimentos de avaliação.

Nessa perspectiva, deve-se evitar a adoção da função classificatória da avaliação como única forma de avaliar, visto que quando sua função principal é a classificação, avalia-se simplesmente para registrar um resultado numérico que determina a aprovação ou a reprovação do aluno. As provas aplicadas em momento estanque, nas quais a quantidade de pontos determina o resultado, oprimem o aluno, impedindo seu crescimento e servindo de mecanismos mediadores da reprodução e da conservação da sociedade.

Os erros e as dúvidas dos alunos são vistos numa nova perspectiva de avaliação como episódios altamente significativos para a ação educativa, gerando novas oportunidades de conhecimento, bem como novos procedimentos avaliativos. Cabe ao professor manter uma postura questionadora, transformando a reflexão em ação, desenvolvendo um processo interativo, no qual professor e aluno aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade da instituição educacional. Questionar e questionar-se são premissas básicas numa perspectiva dialógica de avaliação. Cabe ao professor para possibilitar a ressignificação do conhecimento preexistente e a ampliação do repertório cultural e; explorar referências concretas do mundo externo para vislumbrar a possibilidade de pertencimento, perspectivas de futuro e a luta por reinserção social.

As situações de aprendizagem, para tanto, devem, ainda, propiciar momentos coletivos e individuais de trabalho, buscando garantir, em determinados momentos, a concentração e, em outros momentos coletivos, a reflexão e o debate.

Cabe ao professor manter uma postura questionadora, transformando a reflexão em ação, desenvolvendo um processo interativo, no qual professor e aluno aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade da instituição educacional. Questionar e questionar-se são premissas básicas numa perspectiva dialógica de avaliação.

Assim, a ação coletiva e cooperativa entre os professores na discussão de questões avaliativas, no sentido de trocar idéias, levantar problemas e construir, em conjunto, um ressignificado para a sua prática é de suma importância no processo avaliativo, visto que não existem receitas de avaliação. No entanto, ressalta-se que esta deve estar fundamentada, prioritariamente, em uma concepção de valorização do aluno como sujeito histórico.

Mesmo reconhecendo a importância das muitas concepções e práticas distintas acerca do que significa avaliar, a avaliação formativa é a abordagem proposta pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa avaliação é mediada pelo professor, destina-se a promover a aprendizagem, leva em conta diferentes linguagens e estilos de aprendizagem, dá tratamento didático aos “erros”, considerando-os como informações diagnósticas, e inclui todas as atividades realizadas. Dessa forma, a avaliação formativa objetiva identificar e conhecer o que o aluno já aprendeu e o que ele ainda não aprendeu, a fim de que se providenciem os meios necessários à continuidade dos seus estudos.

Tal abordagem é vista, assim, como uma grande aliada do aluno e do professor, porque possibilita a co-responsabilidade e a reorganização do trabalho pedagógico da instituição educacional e da sala de aula.

Nesse processo avaliativo, os alunos exercem papel central, devendo atuar ativamente em sua própria aprendizagem. Todas as informações disponíveis sobre a aprendizagem dos alunos devem ser observadas pelo professor, que deve estar atento para identificá-las, registrá-las e analisá-las. Na avaliação formativa, o ato de avaliar inicia-se pelo diagnóstico e visa ao levantamento de informações e ao mapeamento de dados para compreensão do processo de aprendizagem do aluno; assume uma dimensão participativa quando o professor, a partir de mecanismos adequados, discute com os alunos o estágio de aprendizagem alcançado; e ocorre naturalmente de forma processual e contínua, uma vez que as intervenções acontecem de imediato, no dia-a-dia, evitando-se momentos estanques de recuperação. Salienta-se, contudo, que o processo de avaliação não descarta a utilização da prova, que pode ser útil quando seus resultados são associados aos demais procedimentos avaliativos.

Nesse sentido, a avaliação assume uma característica dinâmica no processo educativo – é impulsionadora da aprendizagem do aluno e também promotora da melhoria do ensino.

CALENDÁRIOS APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Todas as Escolas Municipais, Centro Municipal de Educação, Centros Municipais de Educação Infantil e Centros de Educação Infantil, deverão seguir os Calendários Escolares 2010, impreterivelmente, sem alterações, em número de dias letivos, quantidade de horas trabalhadas diariamente, trabalho pedagógico, reuniões pedagógicas/pais,

planejamentos e conselhos de classe. Devido à melhoria dos Calendários Escolares acreditamos que não seja necessária a modificação dos mesmos. Eles foram entregues a todas as Unidades Escolares e CMEIS e CEI no dia 16 de dezembro de 2009 em reunião realizada no Auditório da UEG às 9 horas.

As modificações quanto as datas previstas no Calendário Escolar implicarão em sanções relativas à administração da unidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Mirtes L. P. **O Conselho de Classe: prática escolar e produção de identidades**. 10.05.2005.
<<http://www.conteudoescola.com.br/site/content>

CAMPELLO, Bernadete Santos. *A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GARCIA, Edson Gabriel (org.). *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Loyola, 1998.

GENTILE, Paola; ANDRADE, Cristiana. **Avaliação nota 10**. *Nova Escola On-line*.
<http://novaescola.abril.com.br/ed/147_nov01/html/repcapa_conselho.htm>

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: do pensar ao agir em avaliação*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

KUHLTAU, Carol. *Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MARCO, Regina M. S.; MAURÍCIO, Wanderléa P. D. **O Conselho de Classe: momento de reflexão para as estratégias pedagógicas e a aprendizagem do estudante**. *Revista de Divulgação Técnico-científica do ICPG*, vol.3, n.10, jan.-jun./2007, p. 83-87. <<http://www.icpg.com.br/hp/revista/index.php>>

PERRENOUD, Phillipe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERROTTI, Edmir. *Confinamento cultural, infância e leitura*. São Paulo: Sumus, 1990.

Texto adaptado das obras **O Coordenador Pedagógico e a educação continuada** de Ana Archangelo Guimarães (org), Edições Loyola, 1998 e **Avaliação e Planejamento: a prática educativa em questão** de Madalena Freire (org), Espaço Pedagógico, 1997.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

YUNES, Eliana. *Da crítica e da seleção de livros para crianças*. In: *Releitura nº 3*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Infantil e Juvenil, 1992. P.42-45.

In: ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa**. Porto Alegre: Artmed. 1996.

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler a literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

_____. **Lei nº. 9 394, de 20 de dezembro de 1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, nº. 248, de 23 de dezembro de 1996.

_____, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, Lei no. 9394/96**. Brasília: 1997.

_____, Guia do Especialista em Educação Básica.